

A CONQUISTA DA CIDADANIA: MOVIMENTOS SOCIAIS NA
HISTÓRIA DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Renato Janine Ribeiro

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Ademir Juracy Fanfa Ribas
VICE-DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Darlan Faccin Weide
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

CHEFIA DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CHEFE: Helvio Alexandre Mariano
VICE-CHEFE: Fábio Ruela de Oliveira

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PERSPECTIVAS DE ENSINO
DE HISTÓRIA DO BRASIL**

COORDENADORA DO CURSO: Carlos Eduardo Schipanski
COORDENADORA DE TUTORIA: Kety Carla de March

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Kleivi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

ELENITA MALTA PEREIRA

**A CONQUISTA DA CIDADANIA:
MOVIMENTOS SOCIAIS NA
HISTÓRIA DO BRASIL**

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Daniela Leonhardt
Maria Cleci Venturini
Soely Bettes
Ruth Rieth Leonhardt

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Luiz Fernando Santos

CAPA

Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO

180 exemplares

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| PREFÁCIO | 07 |
| INTRODUÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA | 11 |
| MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS NO BRASIL | 17 |
| MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NO BRASIL | 34 |
| MOVIMENTOS SOCIAIS AMBIENTALISTAS NO BRASIL | 57 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: MOVIMENTOS SOCIAIS E A CIDADANIA EM EXERCÍCIO NO BRASIL | 83 |
| REFERÊNCIAS | 89 |

PREFÁCIO

Em 12 de junho de 2015, o *site* Terra de Direitos publicou uma notícia importante para a história dos movimentos sociais da região Centro-Oeste do estado do Paraná. “Vitória Negra: Paiol de Telha conquista posse de parte do território tradicional”, comemorava a posse de porção de terra tradicional quilombola reivindicada na justiça desde 1975 pela comunidade Paiol de Telha. Agora, ela é definitiva, graças ao acordo entre Governo do Paraná, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Polícia Militar do Paraná, a empresa Cooperativa Agrária (localizada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava) e a comunidade (Terra de Direitos, 2015).

A vitória em questão tem relação com novos e velhos direitos. Direito à posse da terra, direito de acesso a recursos naturais, direito de expressar uma identidade étnica garantida pela proteção estatal a comunidades vulneráveis. Direitos que assumem papel preponderante na construção de histórias sociais, culturais e ambientais que cobrem as relações entre humanos e não humanos na contemporaneidade.

Em linhas gerais, a notícia acima reflete uma nova esfera de direitos, de lutas históricas e de conquistas importantes para quem trabalha com a história do Brasil em suas mais variadas dimensões. Ela pontua novas formas de reivindicação da terra, por exemplo, marcadas por uma perspectiva que aproxima direitos sociais, culturais e políticos, os quais se amparam no percurso histórico de grupos marginalizados na sociedade brasileira. Ela também mostra que os movimentos sociais são assunto imprescindível ao se

estudar a contemporaneidade e o quão é pertinente trabalhar com esse eixo temático na história do Brasil e no ensino de história.

O livro da historiadora Elenita Malta Pereira é feito com destreza e objetividade. É um convite ao estudo de práticas sociais que se dão no espaço público e são alvo de interesse, por parte da mídia, por atravessar, sobretudo, o terreno do privado. Ao começar a obra pelos movimentos feministas, a autora dá o tom que marcará o livro ao longo da leitura: as questões privadas que acontecem no foro íntimo atingem, indubitavelmente, o espaço público. Em outras palavras, a expressão feminista “O Privado é Político!” pode ser apropriada pelos demais movimentos sociais analisados pela historiadora.

O sexismo, o racismo e a violência ambiental têm pautado o mundo moderno pela sua colocação em debate e pela sua emergência discursiva que não está resolvida na sociedade brasileira, historicamente marcada por relações hierarquizadas de poder sobre as mulheres, sobre os negros, sobre os indígenas e sobre a natureza. São discursos dominadores e exploradores dos corpos femininos, das relações de trabalho, do uso da terra e da exploração capitalista dos recursos naturais. Chamo a atenção para que se perceba que tais exemplos se sobrepõem de forma bastante comum e Elenita Malta Pereira nos mostra justamente isso: a historicidade dos movimentos sociais elencados é suporte imprescindível para entender nossa própria realidade e que, acima de tudo, é possível mudá-la.

Refletir sobre movimentos sociais talvez seja um dos principais desafios para quem trabalha com história e significa, sobretudo, exercer a cidadania a partir de uma leitura generosa das mais variadas maneiras de ver o mundo, que se originam nas próprias demandas desses movimentos. O ofício do historiador, assim, é considerar a cidadania a partir dos direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, [direitos esses] [...] intimamente relacionados a outros, tais como os de ordem política e social, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva, como o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. (PINSKY, 2014).

Quando a autora transita entre os movimentos sociais feministas, os movimentos sociais negros e os movimentos sociais ambientalistas no Brasil, parte justamente de uma leitura politizada da cidadania. Esse conceito emerge no livro em meio à nova dimensão democrática, que abrange o direito à igual consideração no coletivo de humanos e não humanos - para tomar de empréstimo a discussão de Peter Singer em *Ética Prática*, com relação ao mundo da fauna e da flora e os problemas éticos da exploração deles pelos humanos.

Como veremos ao longo do livro de Elenita Malta Pereira, inúmeras conquistas no âmbito jurídico e legislativo - a criação e execução de leis para

dar guarida a novas reivindicações emergentes e pulsantes, oriundas das lutas travadas principalmente na opinião pública - são articuladas tendo a mídia como principal interlocutora dos debates acerca dos movimentos sociais mais importantes no Brasil do último século.

O cenário apresentado é de muitas conquistas, por um lado, mas de muita resistência a elas, também. Jean-Claude Guillebaud nos alerta que não é só por estar na mídia que qualquer direito está aceito plenamente. O quase consenso sobre questões polêmicas (feminismo, racismo e incluso aqui o ambientalismo) leva a uma ilusão duradoura da sua eficácia: “Se as polêmicas são tão vivas, é também porque as conquistas dos anos 70 que fazem parte do individualismo – aceitação da homossexualidade, liberação da mulher, etc. – são mais frágeis do que se crê.” (GUILLEBAUD, 1999, p. 363). Para o autor, falando da realidade estadunidense, a

[...] homofobia persistente, o machismo arcaico, a nostalgia repressiva não deixam de ser uma realidade. Basta escutar ou ler os dirigentes da extrema direita (ou simplesmente da direita, ou por vezes até da esquerda), para verificar que a liberalização dos costumes, inclusive em seus mais legítimos aspectos, não é melhor aceita hoje, pelos mesmos que rejeitaram a república no início do século. (GUILLEBAUD, 1999, p.363-4).

O que torna mais interessante o livro que ora prefacio é sua atualidade e sua importância como agente político de transformação da sociedade brasileira. É possível que tais movimentos permaneçam em atividade, enquanto a sociedade de direito não incorpora suas reivindicações de forma definitiva. Mas até que isso aconteça, é necessário que diversas pessoas se engajem em movimentos sociais para manter o sexismo, o machismo, a homofobia, o racismo sob alerta. Citando novamente Guillebaud, “[...] guardando as devidas proporções, acontece com a homofobia ou o machismo o mesmo que com o racismo ou antissemitismo: nada justifica que se baixe a guarda contra eles.” (GUILLEBAUD, 1999, p. 364).

A conquista da cidadania mostra que o papel de historiadores e historiadoras é colocar em destaque tais movimentos sociais para, quem sabe, livrarmo-nos do peso de uma sociedade marcada pela hierarquização de corpos, de raças, de paisagens em relações menos desiguais.

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Professora de História na UNICENTRO
Guarapuava-PR, 15 de junho de 2015.

REFERÊNCIAS

GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org.) *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2014.

SINGER, Peter. *Ética prática*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

TERRA DE DIREITOS. *Vitória Negra*. Disponível em: «<http://terradedireitos.org.br/2015/06/12/vitoria-negra-paiol-de-telha-conquista-posse-de-parte-do-territorio-tradicional>» Acesso em: 12/06/2015.

INTRODUÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA

Nas Ciências Sociais, encontra-se uma quantidade considerável de trabalhos sobre a temática dos movimentos sociais, no entanto, não há um consenso sobre o conceito¹. Entre os principais estudiosos brasileiros, a socióloga Maria da Glória Gohn e a cientista social Ilse Scherer-Warren realizam, em suas pesquisas, esforços de sistematização dos paradigmas que norteiam os estudos sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina.

Para Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais são considerados por vários pesquisadores como **elementos e fontes** de inovações e mudanças sociais. Eles são elementos fundamentais nas sociedades modernas, agentes

1 A falta de consenso e até mesmo a imprecisão do conceito 'movimentos sociais' entre os pesquisadores relaciona-se a algumas questões: "Em primeiro lugar, o conceito envolve uma problemática simetria entre empiria e teoria [...], ele surge nas lutas sociais e, posteriormente, é apropriado pelos pesquisadores que passaram a dedicar-se ao seu estudo. Um frequente engajamento político dos pesquisadores da área também ajuda a tornar a utilização do conceito bastante propositiva, ou seja, há muitas expectativas por parte de pesquisadores-militantes em relação ao poder de transformação dos movimentos, perdendo-se muitas vezes de vista a capacidade de avaliar a dimensão real de suas potencialidades. Este ponto se desdobra num segundo, que é a ideia de sociedade civil, locus dos movimentos sociais, como reservatório de virtudes, o que implica uma sobrevalorização do potencial político dos atores sociais e a crença numa falsa independência em relação a partidos políticos e outras organizações." (GOSS, 2004, p. 76).

construtores de uma nova ordem social. Sua atuação na história do Brasil é constante, mas apresenta fluxos ascendentes e reflexos, de acordo com as mudanças no contexto. A autora afirma que suas ações impulsionam diversas mudanças sociais e “ [...] o repertório de lutas que eles constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais.” (GOHN, 2013, p. 305).

Ilse Scherer-Warren caracteriza movimento social como um “[...] grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social.” (SCHERER-WARREN, 1987a, p. 13). A mesma autora divide esse conceito em ‘movimentos sociais tradicionais’, que surgem da conscientização das classes sociais – especialmente o proletariado – em relação à exploração sofrida nas sociedades industriais; e em ‘novos movimentos sociais’ (NMS), que ela caracteriza pelo rompimento com esquemas populistas do passado, pela autonomia frente ao Estado e partidos, pela diversidade de atores e entidades fundadas, pela desterritorialização, bem como pela ambiguidade de suas práticas. (SCHERER-WARREN, 1987b, p. 42-43).

Os ‘movimentos sociais tradicionais’, também chamados de ‘modelo clássico’. (PICCOLLOTO, 2007, p. 157) ou ‘paradigma marxista’, baseiam-se no conceito de práxis social², formulado por Karl Marx. Os interesses comuns entre os que sofrem as mesmas condições de opressão criam a possibilidade de uma consciência de classe que, por sua vez, gera um movimento social e uma organização de classe. Na teoria marxiana, os movimentos sociais não existem *a priori*, mas somente “[...] colocam-se em movimento pelas ações práticas dos homens na história.” (PICCOLLOTO, 2007, p. 159).

Nos anos 1960, ocorre uma revisão crítica desse modelo e dos “[...] esquemas utilitaristas e [das] teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores.” (GOHN, 2002, p. 121), evidenciando sua inadequação para analisar os movimentos que então começam a surgir. Dentre eles, destacam-se o movimento feminista, o movimento negro e o movimento ecológico. Partindo dessa análise crítica, surge o paradigma dos NMS, de matriz europeia³.

Nesse sentido, Ernesto Laclau propõe uma instigante questão para se lidar com os NMS: “sob que aspectos são eles *novos*?” (LACLAU, 1986,

2 A práxis social pode ser entendida como “[...] transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política.” (GOHN, 2002, p. 176).

3 Maria da Glória Gohn cita inúmeros autores em diversos países europeus, tais como Alain Touraine, Alberto Melucci, Ernesto Laclau, Manuel Castells, Chantal Mouffe, Claus Offe, entre outros.

p. 41). Para responder ao problema, o autor observa o rompimento de três características das conceituações tradicionais:

A determinação da identidade dos agentes era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o tipo de conflito era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um espaço político unificado, onde a presença dos agentes era concebida como uma 'representação de interesses' (IDEM).

Essas três características conferiam unidade ao sujeito e ao grupo, bem como ao espaço de luta. Nos NMS, ao contrário, torna-se difícil identificar o grupo como referente, como um sistema ordenado e coerente de 'posições de sujeitos'.

Uma característica importante dos novos movimentos, percebida por Laclau, é que o político deixa de ser um nível do social, tornando-se uma dimensão presente, em maior ou menor escala, ao longo de toda a prática social. Os novos movimentos sociais foram caracterizados por uma crescente politização da vida social e isso fez ruir a visão do político como um espaço fechado e homogêneo. O espaço de luta política pode ser tanto a sede da entidade, como a rua, os órgãos públicos, as empresas, etc. Não há mais um único espaço ou dimensão para a atuação política dos novos movimentos. De acordo com Laclau, a característica central dos NMS é que "[...] um conjunto de posições de sujeito em nível de local de residência, aparatos institucionais, várias formas de subordinação cultural, racial e sexual, tornaram-se pontos de conflito e mobilização política." (LACLAU, 1986, p. 43). O sujeito como agente descentralizado é quem atua nas novas formas de luta, resultantes da crescente autonomização das esferas sociais nas sociedades contemporâneas.

De acordo com Gohn (2002, p. 153), o italiano Alberto Melucci agregou importante contribuição aos estudos dos movimentos sociais. Em 1980, foi ele quem criou o conceito de novos movimentos sociais⁴, um campo para sua análise (o cultural) e demarcou as principais diferenças entre os novos e os antigos movimentos sociais. Melucci propõe que a noção de movimento social seja pensada como uma categoria analítica, que invoca solidariedade, torna manifesto um conflito, e implica uma ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação tem lugar. (MELUCCI, 1996, p. 70). É importante observar a ênfase que o autor confere à necessidade de relações de solidariedade entre os indivíduos que compõem um movimento social. O próprio grupo se constitui em torno de afinidades mínimas e se mantém graças às interações e negociações entre os membros. A formação de um grupo

4 Melucci cunhou o conceito em 1980, no artigo "The New Social Movements: a Theoretical Approach", na revista *Social Science Information*.

envolve um campo de oportunidades e constrangimentos que orienta suas ações. As definições de finalidade e significado, e o campo de ação levam ao processo de construção de uma 'identidade coletiva' do grupo.

Melucci constata que durante os anos 1980, os movimentos modificaram significativamente suas dinâmicas de atuação, passando a agir em redes de solidariedade: redes compostas de grupos, reunindo pontos e circuitos de solidariedade, que diferem profundamente da imagem do ator politicamente organizado característico dos movimentos sociais tradicionais.

Em uma mudança de perspectiva, Melucci e outros pesquisadores não tentaram mais entender os movimentos enquanto partes estruturadas ou estruturantes da sociedade, mas enquanto processos de ação política, enquanto práticas sociais em construção. Os estudos passaram a focar o “[...] surgimento de práticas políticas articulatórias das ações localizadas, de redes de movimentos (*networks*) e a busca de metodologias que permitam entendê-las.” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 22). Em virtude das mudanças nas configurações dos movimentos, a partir dos anos 1990, o mais interessante é analisar os novos elementos culturais emergentes, além de investigar os vestígios das formas tradicionais de fazer política, ou até mesmo de permanências culturais nos NMS.

Situando-se próxima do paradigma europeu (NMS), Gohn elabora sua própria concepção de movimento social. Para a autora, “[...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação.” (GOHN, 2002, p. 247).

Neste livro, empregamos o conceito de Gohn para analisar os movimentos sociais na história do Brasil, pois liga-se às duas dimensões investigadas na obra: as práticas e ideias que embasaram esses movimentos sociais. A proposta de Gohn é operacional para este estudo porque considera que os “[...] movimentos sociais sempre têm um caráter político (não confundir com partidário).” (GOHN, 2002, p. 252). Utilizamos também a noção de ‘redes de movimentos sociais’, teorizada por Scherer-Warren (1993), pois, como veremos, essa tem sido a forma de estruturação de suas lutas nos anos mais recentes.

Como bem afirma o historiador Jaime Pinsky na introdução do livro *História da Cidadania*, “[...] cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço.” (PINSKY, 2008, p. 9). No mundo ocidental, a cidadania surgiu a partir das lutas

que resultaram na independência dos Estados Unidos e na Revolução Francesa, acontecimentos importantíssimos para acender a chama da 'liberdade, igualdade e fraternidade' em diversos países, especialmente aqueles sob o jugo colonial.

Em suma, cidadania é a posse de direitos civis (direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei), políticos (direito de votar e ser votado) e sociais (direito à educação, ao trabalho, à saúde, a um salário justo, à aposentadoria, etc.). Além disso, a cidadania precisa ser exercida por meio da participação ativa na sociedade. Pensando em cidadania na história do Brasil, podemos constatar que esses direitos não foram facilmente conquistados. Foi necessária muita luta para alcançá-los e, nesse sentido, o papel dos movimentos sociais foi fundamental. Em momentos diferentes da história do país, eles representaram o *locus* privilegiado para que a participação dos sujeitos fosse possível.

O Brasil apresenta uma história riquíssima de movimentos sociais atuantes em diversas áreas. Para os fins deste livro, seria impossível abordarmos todos os movimentos, o que resultaria num tratamento muito superficial. Por isso, optamos por concentrar nossa atenção em três deles: o movimento feminista, o movimento negro e o movimento ambientalista. A escolha está embasada na relevância desses movimentos na história do país e pela duração de suas manifestações, que tiveram início no século XIX e atravessaram os séculos até os dias atuais. Esses movimentos também apresentam articulações entre si, o que torna ainda mais interessante a nossa análise.

É importante salientar que os movimentos aqui analisados apresentam dinâmicas que variam no tempo. Eles só vão constituir-se como movimentos sociais de caráter político moderno, efetivamente, na década de 1970 no Brasil. Todos os três têm uma preciosa história pregressa, abordada aqui, mas é durante a ditadura militar brasileira e em meio a um efervescente contexto internacional que eles se organizam e tornam-se novos movimentos sociais.

Dessa forma, dedicamos um capítulo do livro para cada um dos três movimentos sociais estudados. Começamos com os movimentos feministas, abordando a primeira forma de opressão humana: a sujeição feminina pelo homem. No segundo capítulo, abordamos os movimentos negros, marcados pela busca da liberdade e pela luta contra o racismo no país. Por fim, os movimentos ambientalistas são tema do terceiro e último capítulo, no qual mostramos que as preocupações com proteção à natureza e suas repercussões para a vida humana são mais antigas do que parecem.

O foco da cidadania atravessa toda a nossa análise, pois entendemos os movimentos sociais abordados como instrumentos de participação política e social, decisivos na conquista de direitos para as mulheres, para os/as negros/as, ou para todos/as, no caso do meio ambiente. A atuação desses movimentos gerou conquistas importantíssimas que repercutem até a atualidade. Falta

ainda muito a conquistar – um grande contingente de pessoas ainda não pode ser considerado cidadão brasileiro, em pleno século XXI – mas o caminho já foi aberto pela ação coletiva dos movimentos sociais.

Nesse sentido, a ação do professor de história e a perspectiva de ensino escolar são fundamentais. A docência em história tem como um de seus objetivos a formação da consciência histórica de homens e mulheres, possibilitando a construção de identidades, a significação do vivido, a constituição do senso crítico, a intervenção social e a práxis individual e coletiva. O papel da escola é promover a inclusão social e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Dessa forma, mais do que privilegiar o domínio do conteúdo, uma concepção de ensino focada na cidadania contribui para a formação de sujeitos capazes de conviver com o próximo na base da tolerância e da igualdade, respeitando a (bio) diversidade em todas as suas manifestações.



MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS NO BRASIL

OS FEMINISMOS NA HISTÓRIA

A submissão da mulher, infelizmente, constitui-se na primeira forma de opressão na história da humanidade, há milênios. No entanto, o surgimento de uma consciência crítica feminista acerca da própria opressão, bem como da necessidade de lutar pela liberação das mulheres, são fenômenos relativamente recentes.

O feminismo é tanto uma teoria que analisa as relações entre os sexos na sociedade, como um movimento social, com implicações culturais e políticas, que objetiva a superação das desigualdades. O feminismo não é a luta contra os homens, mas contra o sistema de dominação construído pelas sociedades ao longo da história. Também é importante frisar, essa luta assumiu formas variadas em diferentes lugares e contextos, por isso é mais interessante falar em ‘feminismos’, ou ‘movimentos feministas’ – no plural.

Podemos situar o início das lutas de cunho feminista, no plano mundial, a partir da Revolução Francesa, que disseminou os ideais de ‘igualdade, fraternidade e liberdade’. As mulheres almejavam o estatuto de igualdade em

relação aos homens e o direito de serem livres, assim como eles. Na Europa e nos Estados Unidos, no processo de consolidação do capitalismo, durante o século XIX, as lutas feministas proliferaram. Antes considerada 'a rainha do lar', com a Revolução Industrial, a mulher passou a ser recrutada para o trabalho, mas em condição de inferioridade em relação aos colegas do sexo masculino. Sua submissão e passividade no mundo doméstico, desenvolvidas durante uma longa história de subordinação, foram usadas para impor-lhe o pagamento de salários inferiores aos do homem e jornadas do trabalho excessivas e insalubres, facilitando a extração de uma mais-valia absoluta ainda maior pelos empregadores.

Portanto, as primeiras lutas feministas ocorreram no âmbito do trabalho, pelo direito de dispor do salário (muitas vezes, ele era pago ao marido) e pelo direito de estudar. Já no século XX, reivindicariam o voto feminino, a liberação sexual, a liberação do útero, o fim da opressão masculina e a igualdade de oportunidades em todos os planos. A partir do livro *O Segundo sexo*, da escritora francesa Simone de Beauvoir, as mulheres aprenderam que não nasceram femininas, mas tornaram-se assim pela educação e cultura, e entenderam que podiam conquistar muito mais do que os homens haviam destinado a elas.

FEMINISMOS NO BRASIL

No Brasil, até 1916 o Código Civil declarava que as mulheres se enquadravam no mesmo estatuto jurídico que os menores: eram consideradas 'incapazes' perante a Lei. Em outras palavras, elas ficavam sujeitas à vontade dos homens (marido ou pai).

No século XIX, surgem no Brasil, assim como no Chile e em outros países latino-americanos, movimentos de mulheres descontentes com a situação a que estavam condicionadas. Ao tratar da história dos feminismos brasileiros, a pesquisadora Constância Lima Duarte (2003) estabelece uma periodização dos movimentos, em quatro 'momentos onda', nos quais as reivindicações feministas adquirem maior visibilidade: as décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970. A maioria dos pesquisadores trabalha com apenas duas 'ondas', a da conquista do sufrágio feminino e a mais recente, dos anos 1970, em que as mulheres reivindicam direitos mais amplos.

Aqui vamos abordar os principais desdobramentos dessa luta em quatro períodos, como sugeriu Duarte, pois nos parece relevante considerar as lutas do século XIX importantes como primeiras manifestações do movimento social, que se consolida no século XX. No entanto, cabe alertar que a periodização é

um recurso didático e não uma ‘camisa de força’, pois muitas lutas ultrapassam mais de um desses momentos.

1830: PRIMEIRAS LUTAS

Nesse primeiro momento, a mulher almejava direitos básicos, como a igualdade no acesso à educação. Teve início a construção de uma identidade feminina. Direitos referentes à participação política, como o sufrágio universal, ainda estavam distantes - no Brasil, conquistado somente em 1932, no governo de Getúlio Vargas.

Essa luta começou em meio a um contexto muito desfavorável para as mulheres. Durante o no início do século XIX, vigorava o modelo de família patriarcal: o marido tinha assegurado, pelas leis vigentes, amplos poderes sobre a esposa e ainda o direito de castigá-la fisicamente. A condição era um pouco diferente, de acordo com a classe social da mulher, mas a opressão era a mesma:

Nas classes dominantes, a mulher era confinada no interior da casa, sob as ordens de um marido (ou pai) distante e autoritário, rodeado de escravos e concubinas. Seu papel principal era o de reprodutora. Casava-se relativamente jovem e gerava muitos filhos e, segundo relatos de alguns viajantes estrangeiros, era uma criatura ignorante, indolente, passiva que, não obstante, maltratava comumente os escravos [...]. [Já] nas classes populares, as mulheres livres gozavam de maior liberdade pessoal, inclusive para vivenciar sua sexualidade, sem maiores restrições. Mas sua situação não era menos precária ou opressiva. Além de enfrentarem um trabalho geralmente estafante, que exigia muito esforço físico – viam-se muitas vezes abandonadas, tendo que desenvolver outras atividades paralelas para o sustento de sua prole. Certamente, em muito piores condições viviam as negras, escravas, vítimas de toda a sorte de opressão, exploração e violência, inclusive impingidas por mulheres, suas amas, que não raro viviam às custas da venda do trabalho e do corpo prostituído de suas escravas. (COSTA, SARDENBERG, 2008, p. 33-34).

NÍSIA FLORESTA

Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha (1810-1885) é considerada a primeira feminista brasileira. Sua principal bandeira, por toda a vida, foi a busca pela igualdade de oportunidades no campo educacional para as mulheres. (KARAWAJCZYK, 2010, p. 116).

Em 1832, ela foi responsável pela divulgação, no Brasil, do livro *Vindications of the rights of woman* da inglesa Mary Wollstonecraft. Porém, a versão escrita por Nísia não era uma simples tradução do texto, mas uma adaptação do mesmo à realidade nacional, o que podemos já perceber no título: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*.

Segundo a pesquisadora Constância Duarte (1995, p. 175-76), Nísia ainda não lutava pela “[...] promoção da mulher enquanto cidadã nem a conquista de direitos sociais, de modo a alterar, aí, a posição da mulher na sociedade. A preocupação em 1832 parece ter sido mais a de contribuir para desfazer os preconceitos e o mito de incapacidade intelectual feminina existentes na época”.

Mesmo que as reivindicações de Nísia Floresta estivessem dentro do padrão de comportamento vigente para as mulheres, na época em que viveu, - ela defendia a emancipação da mulher pela educação, mas ainda uma mulher que deveria dedicar-se ao marido e filhos - sua contribuição para a luta feminista foi importante: “[...] foi através de seu embate que a questão da emancipação feminina pode ser cada vez mais debatida, compreendida e apreendida pelas brasileiras. Levando a novas reivindicações, tais como o direito de participar de forma ativa da vida pública do País e até o direito de votar.” (KARAWAJCZYK, 2010, p. 122).

1870: SEGUNDO MOMENTO

Nesse segundo momento, surgiu uma efervescente imprensa feminista – jornais e revistas editados em diferentes estados brasileiros.

Os assuntos femininos ocupavam espaço nos jornais desde a década de 1820. O primeiro jornal que divulgou textos, tanto de cunho político quanto literário, escritos por mulheres foi, possivelmente, *O Espelho Diamantino*, lançado em 1827, na cidade do Rio de Janeiro. Podemos citar também o *Correio das Modas* (1839/1841) e o *Jornal das Senhoras* (1852/1855).

Entretanto, em 1873 apareceu, de fato, o primeiro jornal feminista: *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, em Minas Gerais. No mesmo estado, em 1901, surgia também, em Diamantina, o jornal *Voz Feminina*, que tinha por principal objetivo a reivindicação do voto feminino. Em São Paulo, surgiram a revista literária *A Mensageira*, publicada de 1897 a 1900⁵, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, e *A Família*, de Josefina Álvares Azevedo, que circulou entre 1888 e 1897. Outro jornal importante foi o *Echo das damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, defendendo a igualdade, o direito da mulher à

⁵ Essa revista também era editada no Rio de Janeiro.

educação, e divulgando as realizações femininas em outros países. Em Porto Alegre, *O Corimbo*, das irmãs Revocata Heloísa de Melo (1862-1944) e Julieta de Melo Monteiro (1855-1928), teve vida bastante longa, sendo publicado entre os anos de 1884 e 1944.

Segundo Duarte (2003, p. 158), “[...] são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória.” Por outro lado, essas pioneiras eram ridicularizadas, muitas vezes, pelos homens que ocupavam a maioria das posições na literatura, no teatro e na imprensa, com o argumento de que seria impossível conciliar o casamento com uma profissão. A sociedade, em geral, esperava que as moças das classes altas e médias dedicassem sua vida ao lar e à família em tempo integral. O trabalho feminino era admitido apenas nas classes populares, necessário como mão de obra nas fábricas e na prestação de serviços domésticos para as classes mais altas.

Ao longo desse segundo momento de lutas, a reivindicação pelo voto das mulheres ganhou expressão, tornando-se a bandeira mais importante do movimento. Um passo significativo nessa luta deu-se, em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, “[...] tendo à frente Leolinda Daltro, que desenvolveria campanhas de pressão mais próximas ao estilo violento das sufragistas inglesas, chegando mesmo a organizar uma passeata de mulheres, em 1917, no Rio de Janeiro.” (COSTA, SADENBERG, 2008, p. 36).

1920-30: TERCEIRO MOMENTO

A primeira metade do século XX foi dedicada à conquista do voto feminino, agora como uma luta organizada. Além dessa reivindicação central, ouviu-se o clamor pelo direito de frequentar os cursos superiores e pela ampliação do campo de trabalho. As mulheres não almejavam mais ser somente professoras, queriam ocupar postos também no comércio, nos hospitais, nas repartições, etc.

Nesse período, destacaram-se os nomes de Bertha Lutz (1894-1976), Maria Lacerda de Moura (1887-1945), Leolinda Daltro (1860-1935), Ercília Nogueira Cobra (1891-1938), Adalzira Bittencourt (1904-1976), Mariana Coelho (1880-1953), Diva Nolf Nazário (1897-1966), entre outras.

A cientista política Celi Pinto (2003) aponta a existência de três vertentes no movimento feminista, nas primeiras décadas do século XX:

1ª vertente – lutava pela incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Essa vertente era liderada por Bertha Lutz, e era a mais forte e organizada desse período. No entanto, era

limitada quanto à principal causa de exclusão da mulher: a posição do homem, detentor do poder. Não havia questionamento das relações de gênero vigentes.

2ª vertente – protagonizada por mulheres cultas, professoras, escritoras e jornalistas, que lutavam por um campo mais vasto de questões: defendiam a educação da mulher e discutiam a dominação masculina, interessada em manter a mulher fora da vida pública. Abordavam, em seus textos, temas delicados para a época, como o divórcio e a sexualidade feminina. Exemplo dessa vertente são Leolinda Daltro e Gilka Machado.

3ª vertente – de cunho mais político, manifestava-se por meio de intelectuais e trabalhadoras que militavam no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Elas defendiam a liberação da mulher de forma radical, abordando a exploração do trabalho como principal questão.

O PARTIDO REPUBLICANO FEMININO (PRF)

A primeira constituição da República brasileira, de 1891, não aprovou o voto feminino. Algumas intelectuais, inconformadas, fundaram, em 1910, o PRF. Para Celi Pinto (2003, p. 18), é significativo que essas mulheres (não detentoras de direitos políticos) tenham fundado um partido, e não uma associação ou um clube. Com o ato, inédito, deixavam claro o seu objetivo de luta: tornar-se representantes dos interesses das mulheres na esfera pública.

As duas principais fundadoras do partido, a professora Leolinda Daltro e a poetisa Gilka Machado, possuíam trajetórias bastante diferenciadas, comparando com a maioria das mulheres daquele contexto. A primeira é referida pela historiadora Paulete Santos (2013, p. 4) como “uma mulher pública em uma sociedade em que se estabeleceu que este espaço fosse prioritariamente do homem”. Foi notícia nos jornais de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, quando resolveu empreender um projeto de educação laica de indígenas brasileiros. Viajou por diferentes estados do país, percorrendo sertões e enfrentando o machismo em toda a parte, em defesa dos indígenas. Além disso, Leolinda criou cinco filhos, separada do marido, algo bem incomum na época. A segunda fundadora do PRF, Gilka Machado, escrevia poemas eróticos que escandalizavam seus contemporâneos. Elas participavam de eventos que dessem visibilidade na imprensa para sua causa e chegaram a organizar passeata com a presença de noventa mulheres, o que não era pouco, considerando o contexto.

BERTHA LUTZ E A FBPF

Com a fundação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922, o empenho em prol do voto feminino ganhou maior força. Liderada por Bertha Lutz, a FBPF seria modelo para a criação de várias associações semelhantes de mulheres, em todo o Brasil. Torna-se assim, a principal responsável pela luta sufragista no país, uma luta que se travou quase que somente no âmbito parlamentar. Lutz, de família abastada, estudou na Europa e viajou para os Estados Unidos, onde recebeu influência das sufragistas inglesas e norte-americanas. Com a presença da líder feminista estadunidense Carrie Cat, Bertha organizou, em três meses, a Primeiro Congresso Feminista Brasileiro, que ocorreu em dezembro de 1922, no Rio de Janeiro.

Apesar do caráter elitista da FBPF, já que suas líderes eram membros de famílias da classe alta⁶, a associação conseguiu um expressivo apoio à causa do voto feminino. Em abaixo-assinado organizado por suas representantes, em 1927, constavam 2.000 assinaturas de mulheres de todo o país. Nesse mesmo ano, apoiaram a eleição de Juvenal Lamartine para o governo do Rio Grande do Norte. Este, logo que eleito, trabalhou para a aprovação de uma lei que permitia o voto feminino no estado. Em 25 de outubro de 1927, as feministas da FBPF tiveram a primeira vitória importante: o parlamento estadual aprovou a legislação e, no mês seguinte, a primeira eleitora do Brasil foi alistada, a professora Celina Guimarães Viana, de Mossoró-RN.

1932: A CONQUISTA DO VOTO

Segundo a historiadora Monica Karawejczyk (2013, p. 286), durante a década de 1920, várias propostas circulavam no Parlamento brasileiro para aprovar o voto feminino. A primeira foi apresentada, na Câmara Federal, em 1924 pelo deputado Basílio de Magalhães. No entanto, ele colocava dois interditos ao alistamento feminino: o consentimento do marido, se a mulher fosse casada não desquitada e que, se solteira, viúva ou casada desquitada, ela deveria comprovar renda própria para seu sustento. Houve também a proposta do Senador Muniz Sodré, em 1925, de modificação da lei eleitoral para reconhecer os direitos políticos das mulheres. Nenhuma delas foi aprovada.

Mas a FBPF e a causa do voto feminino tiveram, no deputado Juvenal Lamartine, seu grande aliado. Ele apresentou vários pareceres favoráveis ao alistamento feminino. Também eram aliados, entre outros, o senador Justo

⁶ A FBPF pode ser considerada dentro da 1ª vertente proposta por Celi Pinto, a de um feminismo 'bem-comportado'.

Chermont e o deputado Artur Lemos. Com a aprovação do voto feminino, no Rio Grande do Norte, a Federação redobrou os esforços em sua campanha para estender a conquista a todas as brasileiras. Em 1929, também o estado do Rio de Janeiro liberou o voto das cariocas.

Somente em 1932 a vitória em âmbito nacional foi alcançada, por meio da promulgação de um novo Código Eleitoral (BRASIL. Decreto 21.076, 24/02/1932), que instituiu a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino. Em seu artigo 2º, consta: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.” Atendida a primeira grande reivindicação feminina, terminava essa fase de luta. Logo, as mulheres voltariam à carga, em busca de novos direitos.

1960-70: QUARTO MOMENTO

No quarto momento, a mulher já conseguiu concretizar parte das reivindicações anteriores. Mas ainda pesava uma série de desigualdades entre os sexos. A mulher ainda era percebida como um ser inferior em diferentes áreas, especialmente no campo do trabalho.

Enquanto na Europa e Estados Unidos os anos 1960 foram o epicentro de uma efervescência de diferentes movimentos sociais que questionavam o *modus operandi* das sociedades, no Brasil, a partir de março de 1964, um regime de ditadura militar passava a governar o país. No plano internacional, estava em curso o movimento de contracultura que criticou fortemente a guerra do Vietnã empreendida pelos EUA, o capitalismo, o racismo, o machismo, a devastação ambiental, etc.

Por conta desse contexto diferenciado, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, mas também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. (DUARTE, 2003, p.165).

Segundo a historiadora Natália Pietra Méndez (2008), nos anos 1960, já havia reflexão e atividade intelectual feminista no Brasil. Méndez, que analisou a obra de três escritoras feministas, Heleieth Saffioti⁷, Carmen da Silva e Rose Marie Muraro, afirma que essa produção estimulou mobilizações de mulheres e a posterior formação de grupos feministas, nos anos 1970, quando surgiram os novos movimentos sociais feministas, diferentes das experiências anteriores, como a conquista do voto, abordada acima.

7 Miriam Pillar Grossi (2004, p.212) indica a defesa de tese de livre docência de Heleieth Saffioti em 1967 na USP como marco dos estudos sobre a mulher no Brasil.

Uma das organizações femininas atuantes nos anos 1970 foi o Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros desde 1949. Em 1972, promoveu um importante congresso. Durante os anos 1950, Medeiros lutou junto ao Congresso Nacional pela emancipação das mulheres casadas – elas eram consideradas ‘incapazes’ e precisavam da permissão do marido para trabalhar ou viajar para o exterior – obtendo sucesso, pois o Estatuto da Mulher Casada foi aprovado em 1962. (PINTO, 2003, p. 46). Romy tinha boas relações com os representantes do governo e praticava ainda um feminismo ‘bem-comportado’.

Já publicações feministas dos anos 1970, como os jornais *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*, enfatizavam o caráter de luta de classe e a condição repressora do regime ditatorial. A partir de 1972, começaram a surgir grupos feministas inspirados em seus congêneres no hemisfério norte – realizavam encontros de reflexão, informais, de caráter privado. Segundo Celi Pinto (2003, p. 50), o primeiro desses grupos surgiu em São Paulo, em 1972, formado por mulheres de esquerda, intelectuais e profissionais, que haviam morado nos Estados Unidos e Europa, onde entraram em contato com ideias feministas. Também no Rio de Janeiro, na mesma época, começaram a aparecer grupos semelhantes. Um deles foi fundado por Branca Moreira Alves, que se tornaria uma importante feminista. Com a repressão ferrenha durante o governo do presidente Médici (1969-73), não havia possibilidade de participação política, por isso as reuniões em grupos desse tipo supriam, pelo menos, o anseio por uma reflexão mais coletiva.

1975: O ANO INTERNACIONAL DA MULHER

Com a posse de Ernesto Geisel, em março de 1974, iniciou-se a chamada ‘distensão política’, uma abertura ‘lenta e gradual’, embora ainda houvesse censura e repressão. No plano internacional, o movimento feminista, influenciado pela leitura dos livros *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, e *A mística feminina* (1963), escrito por Betty Friedman, invadiu as ruas com os lemas “Nosso Corpo nos Pertence” e “O Privado é Político”. Esses ‘novos’ movimentos feministas almejavam romper com o significado estabelecido até então para as esferas pública e privada, porque interessava trazer, para a esfera do político e do público, questões até então entendidas como exclusivas do âmbito privado.

Ao reclamar o corpo como seu, as mulheres colocavam em destaque “[...] mais que uma luta pelo direito individual de dispor de seu próprio corpo; estava em jogo a manifestação das práticas de liberdade afrontando o controle social dos corpos mantidos sob o padrão de sexualidade vigente, celebrado no matrimônio ou na união consentida.” (SCAVONE, 2010, p. 49). Entre as

reivindicações do movimento feminista, nos países do Norte, estavam a luta contra a submissão da mulher em todos os planos, em especial na esfera da sexualidade: a liberdade de escolha do uso da contracepção, assim como seu direito para todas as mulheres; o direito à sexualidade livre de uma gravidez indesejada (a (re) apropriação do ventre materno); a luta pela liberalização do aborto⁸.

Na área científica e médica, a novidade da pílula contraceptiva e do Dispositivo Intra Uterino (DIU), na década de 1960, foi recebida como uma verdadeira revolução na história da reprodução humana, pelo seu caráter eficaz, seguro e reversível. (SCAVONE, 2010, p. 50). Essas descobertas, de fato, libertavam as mulheres do destino certo da maternidade. Para o movimento feminista, foram conquistas importantes, mas que não as protegiam das relações de poder entre os sexos e da violência do poder masculino sobre o corpo das mulheres.

Com a repercussão dessas lutas mundiais, 1975 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher e primeiro ano da Década da Mulher (1975-1985). Para comemorar a data, foi realizada a “Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher”, na cidade do México, que contou com a presença de Bertha Lutz na delegação brasileira. No Rio de Janeiro, o seminário “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, ocorreu em julho de 1975, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina na sociedade brasileira, à luz das propostas do novo movimento feminista que então se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. Uma das consequências importantes dos debates desse seminário foi a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), que se constituiu na primeira organização feminista da segunda metade do século XX no país.

Nesse ano emblemático, a ONU instituiu oficialmente o 8 de março como “Dia Internacional da Mulher”⁹. Isso foi importante, pois as comemorações desse dia “[...] se constituíram em momentos-chave para a organização de fóruns das mulheres, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade.” (SOARES, 1998, p. 37).

8 Esse direito ainda não foi conquistado no Brasil (salvo nos casos de estupro e risco de vida à gestante) e na maioria dos países do Hemisfério Sul, em parte por motivos políticos e religiosos. Como afirma Scavone, “[...] o aborto foi regulamentado na maioria dos países do Norte nos anos 1970 – 1980, com algumas exceções, como o caso de Portugal, cuja legalização ocorreu em 2008, onde as mulheres, médicos e enfermeiras que praticavam aborto eram ainda levados/as aos tribunais, [e] ele continua proibido em grande parte dos países do Sul. (SCAVONE, 2010, p. 54).”

9 A comemoração dessa data já havia sido proposta em 1910, pela socialista feminista alemã Clara Zetkin, durante a II Conferência Feminina da Internacional Socialista de Mulheres, realizada na Dinamarca. Na década de 1920, no mundo ocidental, essa data foi sendo esquecida e só a partir de meados do século XX voltou a ser celebrada.

E DEPOIS? ANOS 1980 ATÉ A ATUALIDADE

Com a abertura política em curso, no final da ditadura militar, o movimento feminista nos anos 1980 concentrou-se na redemocratização e na conquista da cidadania plena feminina, em igualdade ao homem. A partir dos eventos de 1975, por todo o país eclodiram grupos autônomos de mulheres, das mais diferentes expressões políticas, mas próximos das organizações de esquerda. Entre eles, podemos citar, no Rio de Janeiro, o *CERES*; o *Coletivo Feminista*; o *Mulherando*; o grupo *Sexo Finalmente Explícito*; o *SOS Mulher* e, posteriormente, o *Fórum Feminista do Rio de Janeiro*. Em São Paulo, surgiram, entre muitos outros, a *Frente de Mulheres Feministas* e o *Movimento Feminino pela Anistia (MFPP)*¹⁰. Em Porto Alegre, a primeira organização feminista ‘moderna’ foi o *Grupo de Mulheres de Porto Alegre (GMPPA)* ou *Costela de Adão*, criado em 1976; durante os anos 1980, estruturaram-se diversos grupos no Rio Grande do Sul, com destaque para o grupo *Liberta*, o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais* e o *SOS Mulher*¹¹. Também diversas publicações surgiram naquele momento, como o jornal *Libertas*, editado por um grupo de mulheres de Porto Alegre (1981), o *Chanacomchana*, publicado pelo *Grupo de Ação Lésbica Feminista de São Paulo* (1984) e o *Maria Maria*, publicado pelo grupo *Brasil Mulher*, de Salvador, a partir de 1984.

No plano governamental, foi importante a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), durante o governo do presidente José Sarney, em agosto de 1985. O CNDM vinculava-se “[...] à estrutura do Ministério da Justiça, com dotação orçamentária e recursos humanos. A experiência do CNDM foi pioneira porque até então o Estado brasileiro não dispunha de uma política pública específica para a mulher, salvo alguns programas na área da saúde.” (MELO, SCHUMAHER, *online*). A partir da construção do CNDM, foram criados diversos conselhos e coordenadorias nos estados e municípios, as quais passaram a desenvolver importantes ações no campo das políticas públicas.

A mais decisiva atuação do CNDM deu-se durante os trabalhos da Constituinte de 1988, quando serviu como canal de representação dos interesses do movimento de mulheres:

A campanha nacional realizada pelo CNDM ‘Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher’ foi a ação prioritária nos três primeiros anos de existência do órgão. Criou-se um verdadeiro lobby nacional, o lobby do batom, como ficou conhecida a atuação do conselho e da

10 O MFPA foi a primeira entidade a levantar a bandeira da anistia e, de forma peculiar, contava com a mulher como articuladora. Surgiu em São Paulo, liderado pela advogada Terezinha Zerbini.

11 Para um breve esboço do movimento feminista no Rio Grande do Sul, consultar o artigo de Sonia Bressan Vieira (2005).

bancada feminina no Congresso Nacional Constituinte. A perfeita sintonia do chamado lobby do batom com os movimentos sociais permitiu a façanha extraordinária de se obter a aprovação de mais de 80% das reivindicações encaminhadas aos constituintes, na área dos direitos da mulher. Em 1989, o Governo Collor acabou com a autonomia financeira e administrativa do órgão e desde então o CNDM veio sistematicamente perdendo espaço na estrutura do estado, dependendo quase sempre, da boa vontade do Ministério da Justiça. (MELO, SCHUMAHER, *online*).

Em 1985, ocorreu um importante evento, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga (SP), contando com a participação de mais de mil mulheres de vários estados e países. A partir desse encontro, estabeleceu-se um novo padrão para os eventos feministas, que deixaram de ser restritos aos membros de grupos independentes e passaram a agregar grande número de mulheres que militavam em outros movimentos. Esse fenômeno resultou do trabalho de conscientização sobre a condição feminina junto aos setores mais populares. Ocorreu também a abertura para novos setores, como os partidos e os sindicatos, que passaram a criar seções para tratar questões femininas. Além disso foi importante a divulgação das lutas feministas na imprensa e a criação de conselhos e órgãos públicos. A temática da luta feminina transcendeu, de fato, o foro íntimo dos pequenos grupos e tornou-se do interesse da sociedade como um todo. (COSTA, SARDENBERG, 2008).

Segundo as pesquisadoras Hildete Pereira de Melo e Schuma Schumacher, desde 1975, organizaram-se mais de 1.000 grupos feministas no Brasil, atuando em diferentes setores, como partidos políticos, órgãos do estado, sindicatos, grupos autônomos, organizações não governamentais - ONGs, associações de moradores, instâncias de controle social, universidades, etc. Muitos deles, organizados na forma de redes. É considerado por muitos autores como o movimento social mais importante do século XX.

Algumas redes feministas atuais:

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, Rede entre Mulheres, Articulação Nacional de Mulheres Negras, Rede de Mulheres no Rádio, Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia (MAMA), Rede de Educação Popular entre Mulheres (REPEM), Rede de Estudos e Pesquisas sobre a mulher e relações de gênero (REDOR), Rede para humanização do parto (REHUMA), Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) e finalmente a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). (MELO, SCHUMAHER, *online*).

OS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

Seguindo a tendência à especialização, desenvolveu-se também a pesquisa acadêmica sobre a mulher, além da explosão do tema no mercado editorial. Para a historiadora Andréa Lisy Gonçalves (2006, p. 61-62) “[...] não parece restar qualquer dúvida de que a constituição da história das mulheres como campo específico de conhecimento se processa em relação direta com o movimento feminista das décadas de 1960-70.” No entanto a chamada ‘história das mulheres’ não pode ser vista como uma simples evolução das lutas feministas, ou mesmo que tenha surgido para substituir essas lutas, como alerta a historiadora norte americana Joan Scott (1992, p. 65-66):

A história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história. Embora a história das mulheres esteja certamente associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia ou na sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado. [...] tomar-se a história das mulheres simplesmente como um reflexo do crescimento da política feminista externa à academia, também é falho. Mais do que postular uma simples correlação, precisamos pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento.

A historiadora Joana Pedro (2011) afirma que durante os anos 1970-80, houve o lançamento de muitas obras sobre a história das mulheres; já nos anos 1990, ocorre a grande divulgação da categoria ‘gênero’. Importante para consolidar o termo foi a publicação do artigo de Joan Scott, em 1986, na *The American Historical Review*, traduzido no Brasil, em 1990, na revista *Educação e Realidade*, sob o título de “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, e que passaria a ser inúmeras vezes citado nas obras de historiadores. Segundo Pedro (2011, p. 273), o trecho mencionado com mais frequência é certamente “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1990, p. 14).

Se até os anos 1990 os estudos sobre mulheres eram mais concentrados no centro do país, em São Paulo e Rio de Janeiro, em meados dessa década eles se espalharam para outras regiões. Podemos citar a cidade de Florianópolis, onde a Universidade Federal de Santa Catarina publica a *Revista Estudos Feministas* e desenvolve o Projeto *Fazendo Gênero*, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero da UFSC; Salvador, com o *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher* (NEIM) e o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares

sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, ambos na Universidade Federal da Bahia; e Campinas, com o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e a revista *Cadernos Pagu*, ambos no âmbito das atividades acadêmicas da UNICAMP.

INTERSECÇÕES DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

FEMINISMO NEGRO

As mulheres negras participam de lutas de cunho político desde o século XIX. Elas também se engajaram pelo fim da escravidão, apesar das limitações impostas ao sexo feminino, naquela época. Do norte ao sul do país, mulheres organizaram associações voltadas para a causa abolicionista: no Ceará, em 1882, a *Sociedade das Senhoras Libertadoras*, sob a presidência de Maria Tomázia Figueira, com Maria Correia do Amaral e Elvira Pinho, promoveu atos em prol da abolição. Como consequência, em 1884, a escravidão foi abolida na província. O exemplo cearense se alastrou e, em 1884, na cidade de Manaus foi criada a associação de mulheres *Amazonenses Libertadoras*, fundada por Elisa de Faria Souto, Olímpia Fonseca, Filomena Amorim, mulheres brancas da elite local. Elas conseguiram empolgar a sociedade e em 30 de março de 1887 a província do Amazonas também declarou a libertação dos escravos. (BANDEIRA, MELO, 2010).

Já no período contemporâneo, mulheres negras participaram do seminário que celebrou o Ano Internacional da Mulher em 1975, divulgando um documento que denunciava a herança da escravidão e a imagem da mulher negra como “objeto de produção ou reprodução sexual.” (VIANA, 2010, p. 56). Nesse mesmo ano, foi fundado o *Instituto de Pesquisa das Culturas Negras* (IPCN), no Rio de Janeiro, que em 1979 tornou-se o *Reunião de Mulheres Negras Aqualtune* (Remunea). Em 1983, na Associação do Morro do Cabrito no Rio de Janeiro foi criado o *Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras*. Também as mulheres no Movimento Negro Unificado (MNU) formaram os seus *Centros de Luta Maria Felipa* e *Luiza Mahin*¹². Da mesma forma, no interior do movimento feminista, a temática das mulheres negras era discutida.

Para Núbia Moreira (CARTA CAPITAL, 2015, *online*), “[...] a relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertiooga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista.” A

¹² Maria Felipa foi heroína da independência da Bahia (1822) e Luísa Mahin, líder dos Malês (1835) e participante da Sabinada (1837-38).

partir desse evento, aconteceram alguns encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Segundo a historiadora Elisabeth Viana (2010), as mulheres desses movimentos “[...] se assumem como mulheres guerreiras e têm no Brasil um símbolo: Dandara, a companheira de Zumbi dos Palmares.” Essa personagem é considerada importante na memória das lutas da mulher negra¹³. Entre as associações mais atuantes, na atualidade, podemos citar o *Geledés*¹⁴, fundado em 1988, e o *Criola*¹⁵, em 1992.

ECOFEMINISMO

Bárbara Flores e Salvador Trevizan (2015) argumentam que o termo Ecofeminismo teria sido empregado pela primeira vez em 1974, por Françoise d’Eaubonne, que, em 1978, fundou, na França, o movimento Ecologia e Feminismo. Entre as primeiras preocupações do movimento ecofeminista, está a relação entre ciência, mulher e natureza.

A pesquisadora Emma Siliprandi (2000, p. 63) identifica três princípios no Ecofeminismo:

1. Do ponto de vista econômico, existe uma convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a Natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da Natureza são dois lados da mesma moeda da utilização de ‘recursos naturais’ sem custos, a serviço da acumulação de capital;
2. Para o Ecofeminismo, o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher com a Natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à Natureza; a cultura é uma forma de ‘dominar’ a Natureza; daí decorre a visão (do Ecofeminismo) de que as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher;

13 Segundo a antropóloga Maria de Lourdes Siqueira declarou à reportagem do jornal O Globo, reproduzida no site IHU Unisinos (2014), “Dandara é a mais representativa liderança feminina na República de Palmares. Participou de todas as batalhas, de todas as lutas, de tudo que lá foi criado, organizado, vivido e sofrido. Sabe-se pouco sobre as suas origens: onde nasceu, de onde veio [...]”. Não se conhece a imagem de Dandara, mas, pelo seu talento demonstrado, ela é uma mulher forte, bela, guerreira, persuasiva, líder, e obstinada por liberdade. Dandara contribuiu com toda a construção da sociedade de Palmares, e para sua organização socioeconômica, política, familiar.”

14 Para saber mais: <<http://www.geledes.org.br/>>. Acesso em 12/05/2015.

15 Website: <<http://www.criola.org.br/>>. Acesso em 12/05/2015.

3. As políticas científicas e tecnológicas que têm orientado o desenvolvimento econômico moderno são políticas que reforçam essa visão, não sendo 'neutras' do ponto de vista de gênero ou ambientais.

No Brasil, esses movimentos tiveram maior visibilidade no início dos anos 1990, com a realização da ECO 92, na cidade do Rio de Janeiro. No Fórum das Organizações Não Governamentais o movimento de mulheres brasileiras, como *Rede de Defesa da Espécie Humana* (REDEH) e *Rede Mulher de Educação* (RME), participou ativamente por meio do espaço batizado de 'Planeta Fêmea'¹⁶. A tenda do Planeta Fêmea promoveu o encontro de feministas do mundo inteiro, e a partir de amplas discussões foi elaborada a Agenda 21 das Mulheres.

Ainda nos anos 1990, podemos citar eventos importantes, como as conferências sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) e População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), ambas tratando de assuntos de interesses específicos da agenda feminista. O clímax desse processo de integração internacional da luta das mulheres se deu com a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing - China, em 1995. (MELO, SCHUMAHER, *online*).

LESBIAN FEMINISMO

Um outro viés no movimento feminista é a luta das mulheres com diferente orientação sexual. As lésbicas somaram ingredientes ao caldo da contestação e, diante dos enormes preconceitos e violência sofridos na sociedade brasileira, organizam-se em grupos de autoestima, de denúncias e de ação política. Para Patrícia Lessa (2007, p. 99), esse movimento seria ainda mais radical que o feminismo:

Enquanto as precursoras do movimento feminista dos anos 1960-1970 preocupam-se com a análise dos mecanismos de dominação, as feministas dos anos 1970-1980, a exemplo de Rich, Wittig, *Radicalesbians* irão questionar a naturalização da maternidade e a heterossexualidade obrigatória. A lesbianidade é elevada ao estatuto de conceito revolucionário¹⁷.

Para Melo e Schumacher (*online*), “[...] a incorporação do lesbianismo como questão política foi muitas vezes ambíguo, mesmo que no discurso de movimento feminista, esteja garantido o respeito à diferença e a não

16 As discussões foram publicadas em livro organizado por Rosiska Darcy de Oliveira e Thais Corral (1992).

17 A norte-americana Addriene Rich (1929-2012) e a francesa Monique Wittig (1935-2003) foram ambas escritoras e militantes lésbico-feministas, que criticaram a heterossexualidade obrigatória e defenderam a lesbianidade como categoria política e conceito revolucionário.

discriminação por orientação sexual.” Embora os movimentos lesbianos no Brasil tenham caminhado timidamente durante o final dos anos 1970, quando o Brasil saía do regime militar, as décadas de 1980 e 1990 marcaram sua expansão. Ao longo das últimas décadas, produziram diversas publicações, realizaram Encontros e Seminários Estaduais e Nacionais, além de organizar, no Rio de Janeiro, em 1999, o V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe, entre muitos outros eventos.

FINALIZANDO: DO DIREITO À EDUCAÇÃO E AO VOTO À ‘MARCHA DAS VADIAS’

A luta das mulheres é antiga, como vimos. Na história do Brasil, apresenta diferentes momentos, em que distintas reivindicações são formuladas, algumas atendidas, outras não. Se no início as mulheres pleiteavam direitos básicos, como frequentar escolas e universidades, com o tempo tomaram consciência de que a opressão que as cercava era muito maior e, por isso, a luta precisava se transformar.

Os movimentos feministas foram muito importantes, pois permitiram a conquista de direitos cruciais, por meio da participação política de suas integrantes, em especial o direito ao voto, somente alcançado na primeira metade do século XX. Eles foram fundamentais para o exercício da cidadania feminina ao longo da história brasileira.

Esses movimentos ganharam um impulso maior com a conscientização de que não se nasce mulher - as mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A partir disso, foi possível visualizar todo um passado de diferenças entre homens e mulheres construído pela educação, pela cultura, que começa na vida íntima, familiar, e se estende pelos espaços públicos. Porém, cientes de que podem mudar essa realidade, as mulheres seguem lutando pela transformação e conquista de mais e novos direitos.

Atualmente, uma das reivindicações mais visíveis tem sido a luta pelo direito de tomar decisões referentes ao próprio corpo, sem que isso desperte interpretações masculinas equivocadas. Isso se manifesta em relação à vestimenta, aos acessórios em geral, e principalmente, no poder da mulher de decidir se quer ou não levar uma gravidez adiante, ou seja, o direito a abortar sem ser condenada nos âmbitos jurídico e social. Esse viés da luta manifestou-se, recentemente, nas inúmeras “Marchas das Vadias, cujas passeatas explodiram nas ruas em diferentes partes do mundo, de jovens feministas reivindicando o direito de vestir o que quiserem, e ser o que quisessem, sem que a roupa fosse um ‘atrativo’ para o estupro ou violências aproximadas.” (KLANOVICZ, 2014, p. 153).

O que esteve e está em jogo, nos diferentes momentos aqui abordados, é o empoderamento da mulher, para que não aceite a opressão masculina sobre seu corpo, seus sentimentos, sua vida. Foi esse empoderamento que possibilitou os movimentos e as conquistas, tão importantes no processo, em andamento, para que seja alcançada a igualdade entre homens e mulheres. Mas essas conquistas precisam ser vigiadas, pois sempre há o risco do retrocesso. A luta é permanente, pois, ainda no século XXI, os homens recebem salários superiores em funções idênticas ocupadas também por mulheres. Ainda há machismo, preconceito e uma série de moralismos que impedem as decisões sobre o corpo feminino. A cidadania feminina avançou, é certo, mas ainda há muito a alcançar para que a plena igualdade entre homens e mulheres seja mais do que um discurso – seja realidade cotidiana para todos e todas nós.

MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NO BRASIL

RESISTÊNCIA NEGRA

A história do Brasil carrega a triste marca, inegável, de mais de 300 anos de escravidão. De 1552 a 1888, essa terrível instituição vigorou e foi responsável pela entrada, no país, de cerca de 4 milhões de indivíduos africanos de diferentes regiões, etnias, credos e pertencimentos sociais. Negros eram comprados e vendidos para mover as *plantations* brasileiras: os engenhos de açúcar, a mineração do ouro, o cultivo do café, assim como para serviços urbanos e domésticos em geral. Por muito tempo, possuir escravos era sinal de distinção, símbolo de *status*, motivo de orgulho.

A normalidade do trabalho escravo, por tanto tempo, aliada à deturpação do darwinismo social¹⁸, no século XIX, levou ao racismo, ao

18 O darwinismo social foi um pensamento surgido nas Ciências Sociais no final do século XIX que defendia a transposição da teoria de Darwin para as sociedades humanas. Defendia a existência de raças 'superiores' e 'inferiores' e a ideia de que os mais aptos sobrevivem e sobrepujam os mais fracos. O darwinismo social foi a base que sustentou a colonização da África (considerada um continente 'primitivo'), motivou análises sociais perniciosas e ideias de eugenia, racismo, nazismo e fascismo.

preconceito, à percepção do negro como inferior ao branco. Atualmente, mais de 120 anos pós-abolição, os negros brasileiros ainda são alvo de posturas racistas e preconceituosas. Em pleno século XXI a superação do racismo e do preconceito continuam sendo um dos maiores desafios de toda a sociedade, em especial dos educadores e professores de história, que fundamentam seu trabalho na promoção da cidadania.

No entanto, essa história também é marcada por embates e resistências: os negros e negras não se sujeitaram facilmente. Primeiro houve a busca do fim da escravidão. Conquistado o direito primordial à liberdade, muitos deles e delas se engajaram na promoção da identidade negra, da igualdade étnica e social, da superação do racismo e da discriminação.

São essas formas de resistência que estudaremos no presente capítulo. Começamos antes do período livre, com as lutas dos quilombos, dos abolicionistas, de uma imprensa negra incipiente. No pós-abolição, no início do século XX, surgem diversas agremiações e novos jornais voltados para o público negro. São vários tipos de atuação, múltiplos movimentos, diversos interesses envolvidos, mas, em comum, o fim último da promoção do reconhecimento e da igualdade étnica, social, cultural, enfim, da cidadania dos negros e das negras no Brasil.

COMO DEFINIR O MOVIMENTO NEGRO?

O historiador Petrônio Domingues (2007, p. 101) define Movimento Negro como “[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.”

Para Aguiar (2005, p. 40), a história do Movimento Negro no Brasil pode ser pensada como a “[...] luta pelo reconhecimento da existência do racismo e discriminação. Tornar as pessoas conscientes dessa situação e, a partir disso, organizá-las tem sido um dos grandes objetivos dos grupos do movimento negro.”

Mesmo que o conceito de ‘raça’ não tenha base biológica e seja, na verdade, um conceito sociológico, o movimento negro o utiliza com um sentido político: “para o movimento negro, a ‘raça’ é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.” (DOMINGUES, 2007, p. 102).

RESISTÊNCIA NEGRA PRÉ-ABOLIÇÃO

Mesmo escravizados, os negros nunca foram totalmente passivos quanto à sua condição no Brasil. Eles mostraram descontentamento com a opressão por meio de diversas formas de protesto e resistência. De acordo com Lúcia de Fátima Amado (2004, p. 64), “[...] a resistência africana foi expressa no suicídio, no aborto, na violência usada contra seus senhores, na sabotagem das plantações, nas guerrilhas, nas insurreições urbanas, nas constantes fugas para locais de difícil acesso, onde organizavam os mocambos ou quilombos.”

OS QUILOMBOS

A quilombagem foi a principal forma de resistência dos negros à escravização, durante os mais de três séculos em que perdurou no Brasil (1549-1888). O pesquisador Clóvis Moura (1989, p. 22) entende ‘quilombagem’ como

[...] o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre.

Para o antropólogo Kabengele Munanga (1995, p. 58) quilombo “é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, portuguêsado: quilombo)”, que se situam entre Angola e Zaire. Na África já havia quilombos, no século XVI, e sua presença, no Brasil, é relacionada a “[...] alguns ramos de povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nessa terra.” Enquanto na África o quilombo tornou-se “[...] uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação”, no Brasil, foi “uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos.” (MUNANGA, 1995, p. 63).

PALMARES E ZUMBI

Palmares foi o agrupamento de quilombos¹⁹ de maior duração no Brasil, resistindo por mais de cem anos às investidas de indígenas, holandeses e portugueses. Localizava-se na antiga Capitania de Pernambuco, região que hoje pertence ao município de União dos Palmares, no estado de Alagoas.

Para o historiador Flávio Gomes (2014, p. 73), Palmares foi “[...] um mundo de faces africanas reinventado no Brasil pelos *palmaristas* – africanos de grupos de procedências étnicas diversas, além daqueles nascidos lá [grifo no original].” No espaço do sertão nordestino, “[...] recriaram culturas, religiões e organizaram-se militarmente para combater invasores.” Além disso, “estabeleceram práticas econômicas para garantir a sobrevivência. Foi a criação desse mundo (como possibilidade) que assustou sobremaneira a Coroa portuguesa.”

Palmares situava-se numa região de difícil acesso, circundada por sertões e densas florestas, e esse foi um dos motivos de sua permanência, por mais de um século. Os portugueses organizavam expedições para derrotar os quilombos, mas a maior parte delas fracassava. Seus integrantes chegavam a passar meses sem nunca avistar mocambos, sofrendo fome, doenças, febres, e muitos morriam nessas empreitadas. Apesar do acesso difícil, os moradores dos quilombos mantinham contatos comerciais com a população das localidades próximas, e contatos culturais e religiosos entre os palmaristas e os cativos que viviam nas senzalas circunvizinhas. Por outro lado, o mundo de Palmares não era idílico. Seus integrantes eram responsáveis por ‘razias’, ou seja, ataques às populações coloniais, nas quais roubavam víveres, roupas, armas e levavam escravos para trabalhar nos quilombos. Alguns eram libertados, outros continuavam escravos dos próprios palmaristas.

Após diversas tentativas de vencer Palmares pelo confronto direto, as autoridades portuguesas propuseram um acordo ao líder Ganga-Zumba, em 1678. Depois de muitas negociações, os acordos foram firmados, com a garantia de respeito à autonomia de Palmares e à liberdade de seus moradores. No entanto, nem todos os palmaristas aceitaram o tratado; a liderança de Ganga-Zumba foi questionada e ele foi envenenado. Com sua morte, assumiu como líder Zumbi (sobrinho de Ganga-Zumba), que ficara **contrário** os acordos com os portugueses.

A posição de Zumbi se mostrou acertada, pois logo os tratos seriam descumpridos, primeiro pelas autoridades coloniais, que voltaram a atacar

¹⁹ Palmares era formado por dezenas de comunidades e povoados. O principal era chamado de ‘Macaco’; era o centro político e administrativo, semelhante a uma capital. Macaco agrupava milhares de casas e habitantes e lá residia Ganga-Zumba, principal líder dos palmaristas entre 1645 e 1678, ano em que foi assassinado por envenenamento.

Palmares com a justificativa de que negros continuavam fugindo para lá. Os palmaristas também prosseguiram com a prática das 'razias', e as autoridades tentaram negociar novamente, mas Zumbi se recusou.

Sob a liderança de Zumbi, Palmares continuou imprimindo derrotas às expedições portuguesas, na década de 1680, mas as batalhas foram minando a resistência negra. Em 20 de novembro 1695, Zumbi foi tocaiado e morto por tropas bandeirantes paulistas comandadas por Domingos Jorge Velho. Decapitado, sua cabeça foi exposta em praça pública, como símbolo da destruição de Palmares e para coibir novas fugas de escravos. Outros líderes projetaram-se, mas a resistência já estava bastante enfraquecida, e os quilombos foram desarticulados no início do século XVIII.

Em 1971, em Porto Alegre, militantes negros do recém-fundado grupo 'Palmares' descobriram a data de morte de Zumbi - 20 de novembro - e propuseram que fosse comemorada como o 'Dia da Consciência Negra', em substituição ao 13 de maio (Abolição da escravatura). Houve mitificação de Zumbi como herói dos movimentos negros pós-anos 1970 e de Palmares como símbolo de resistência dos negros à opressão. No entanto, como alguns historiadores investigaram, o próprio quilombo dos Palmares participou do tráfico e do uso de escravos. José Murilo de Carvalho é um dos historiadores que destacam esse aspecto menos louvável de Palmares: "Os quilombos que sobreviviam mais tempo acabavam mantendo relações com a sociedade que os cercava, e esta sociedade era escravista. No próprio quilombo dos Palmares havia escravos." (CARVALHO, 2002, p. 48).

1798: INCONFIDÊNCIA BAIANA OU REVOLTA DOS ALFAIATES

Diferentemente de sua congênere mineira, os líderes da inconfidência baiana reivindicavam mudanças sociais profundas. Enquanto a conspiração mineira fora idealizada pela elite local, advogados, magistrados, militares, padres e ricos contratantes, a revolta baiana era conduzida por "[...] artesãos negros ou mulatos, soldados e trabalhadores, inclusive alguns escravos." (SCHWARTZ, LOCKHART, 2002, p. 471). Inspirados pela Revolução Francesa, esses agentes queriam "[...] abolir a escravatura, extinguir todas as diferenças baseadas na cor, desapropriar mosteiros e criar o livre comércio marítimo." A sublevação ficou conhecida como Revolta dos Alfaiates devido à participação destes na liderança do movimento. Outro ponto a destacar sobre essa revolta foi a participação de mulheres negras, como as forras Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento (HISTORIANET, *online*).

Entretanto, a revolta foi esmagada em seu início e os conspiradores presos. No processo de julgamento, a punição teve caráter discriminatório

em âmbito étnico e social: os líderes mais pobres, negros e mulatos foram condenados à morte por enforcamento ou receberam penas como prisão perpétua e degredo na África. Já as lideranças com melhor posição social foram absolvidas.

0 ABOLICIONISMO

A campanha mais ampla pela abolição da escravatura só iniciou no final dos anos 1870. Segundo Joaquim Nabuco, um dos mais importantes abolicionistas, “foi na legislatura de 1879/80 que, pela primeira vez, se viu dentro e fora do Parlamento um grupo de homens fazer da emancipação dos escravos, não da limitação do cativo às gerações atuais, a sua bandeira política.” (NABUCO, Brasileira, *online*). Desse momento em diante, o tema da abolição voltaria a aparecer outras vezes nos debates parlamentares e na imprensa, não sem a resistência dos setores ligados diretamente aos interesses da escravatura. (RODRIGUES, 2013).

Além de Joaquim Nabuco, foram importantes abolicionistas Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio. Luís Gama, um ex-escravo que se formou advogado, usava seus conhecimentos para ajudar cativos a conseguir a liberdade nos tribunais. Já André Rebouças, engenheiro, agia nos bastidores: escrevia artigos na *Gazeta da Tarde*, defendia uma democracia rural de pequenas propriedades, e articulou junto com Nabuco a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* (SBCE), criada em 1880. No manifesto dessa Sociedade, disponibilizado no *website* do Senado Federal, consta uma defesa veemente da abolição de um milhão e meio de negros, que ainda eram escravos no país²⁰:

A nação que, no nosso seculo, tolerasse indifferente esse regimen tão immoral como barbaro, seria uma nação condemnada. Nós Brasileiros não queremos fechar por mais tempo os olhos á essa monstruosa mutilação do homem, á essa suppressão systematica da natureza humana em um milhão e meio dos nossos compatriotas de outra raça. O Brasil pode viver sem ser pela exploração sem misericordia e sem equidade do homem pelo homem. Elle não é um povo que esteja usurpando o logar que outra raça occuparia com maior proveito para o Continente Americano. A escravidão tem sido para elle tão sómente uma causa de atrazo; ella é uma arvore cujas raizes esterilisa sempre o solo physico e moral onde se estendem [grafia da língua portuguesa na época]. (MANIFESTO, 1880, p. 9).

20 É importante lembrar que já haviam sido decretadas leis que reduziram, mas não extinguiram a escravidão no Brasil. O processo de abolição da escravatura no país foi gradual e começou com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, seguida pela Lei do Ventre Livre, de 1871, a Lei dos Sexagenários, de 1885 e finalizada pela Lei Áurea, em 1888.

Para os integrantes da SBCE, a escravidão era, além de imoral do ponto de vista da natureza humana, a característica maior do atraso brasileiro. No Manifesto, convidavam toda a sociedade a engajar-se na campanha pela abolição, em especial os proprietários agrícolas, que possuíam o maior contingente de escravos.

Outro personagem importante nessa campanha foi José do Patrocínio, que usou a imprensa como arma na luta pela abolição. Era farmacêutico, mas tornou-se jornalista e a partir dos anos 1870 escreveu inúmeros artigos que ajudaram a popularizar o movimento abolicionista.

Além da presença em jornais, os abolicionistas realizavam conferências para convencer as elites de sua proposta. Não foi fácil. Nos anos 1870 e início dos 1880, a ideia da abolição era bem vista nos centros urbanos, mas ainda rejeitada na maior parte do país. Segundo Angela Alonso, somente na metade da década de 1880 o abolicionismo ganhou dimensão de movimento social nacional. (ALONSO, 2012, p. 292). Finalmente, em maio de 1888, o projeto de Lei que extinguiu a escravidão foi aprovado na Câmara Federal e no Senado, com o auxílio de Joaquim Nabuco. A chamada 'Lei Áurea' foi assinada pela Princesa Regente Isabel e pelo ministro da agricultura Rodrigo Augusto da Silva, em 13 de maio de 1888.

Apesar de representar uma conquista importantíssima, a abolição não trouxe melhora imediata na vida das populações negras. A Lei Áurea libertou os negros e mulatos da escravidão, mas não lhes garantiu alguns direitos fundamentais, como acesso à terra e à moradia, ou seja, não possibilitou que exercessem uma cidadania de fato. Muito pelo contrário, os negros foram abandonados à própria sorte e sofreram com os estigmas do preconceito, da discriminação racial e da exclusão social, problemas que existem até hoje, infelizmente.

RESISTÊNCIA NEGRA PÓS-ABOLIÇÃO (1889-1915)

1910: REVOLTA DA CHIBATA (REVOLTA DOS MARINHEIROS)

No início do século XX, a Marinha brasileira ainda usava castigos corporais, entre eles a chibata (uma espécie de chicote com pequenos pregos ou agulhas na ponta), como método de punição dos marinheiros. Segundo José Murilo de Carvalho (1995, p. 70), os oficiais consideravam os marinheiros como “[...] a ralé, a escória da sociedade, eram facínoras que só a chibata podia manter sob controle.” Contra essa prática violenta, em 22 de novembro de 1910, na baía

de Guanabara, insurgiram-se mais de mil marinheiros subalternos da Marinha de Guerra, que assumiram o controle dos navios mais importantes da frota da época, os grandes encouraçados Minas Gerais, São Paulo e o scout Bahia, e apontaram suas armas contra a capital federal, na época, o Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 2011, p. 62). O líder da revolta era João Cândido Felisberto: negro, marinheiro de primeira classe e primeiro timoneiro do navio encouraçado Minas Gerais.

A Revolta dos Marinheiros fez com que Cândido aparecesse na imprensa do país e do exterior. Com a repercussão do caso, o governo ficou contra a parede. Os castigos foram abolidos e uma anistia aos revoltosos foi votada rapidamente pelo Congresso. No entanto, sob o pretexto de ter participado de uma nova revolta no mês seguinte, dezembro/1910, Cândido foi preso com mais 17 companheiros e alvo de uma vingança mesquinha, “[...] um dos episódios mais revoltantes da história da Marinha.” (CARVALHO, 1995, p. 72): os 18 presos foram trancados numa cela subterrânea na Ilha das Cobras, na noite de natal de 1910. Quase sem oxigênio, 16 dos marinheiros morreram sufocados; apenas João Cândido e o soldado naval João Avelino sobreviveram, atormentados, pelo resto da vida, pelos gritos de agonia dos companheiros naquela noite de natal macabra.

Embora a revolta tivesse, à primeira vista, um caráter classista e não étnico, os marinheiros clamavam por ‘liberdade’. A palavra foi usada muitas vezes, durante a revolta; seu clamor lembrava a escravidão, fantasma que ainda pesava sobre boa parte dos marinheiros, mulatos e negros ex-escravos ou descendentes de escravos. A chibata era percebida por eles como um resquício daquela instituição tenebrosa: sentiam-se, ainda, na condição de escravos, ao receber o castigo do temível chicote.

João Cândido vem sendo reivindicado como ‘herói popular’ por diferentes movimentos sociais, entre eles os movimentos negros. Isso tem levado ao reconhecimento de sua figura, à exaltação e sua coragem e capacidade de luta contra um resquício da escravidão, a violência corporal. Nesse sentido, como analisou Sílvia Capanema Almeida (2011, p. 80), “[...] a história da Revolta da Chibata se inscreve, portanto, num quadro mais amplo de busca pela cidadania.”

CLUBES NEGROS

Entre o final do século XIX e o início do século XX, surgiram diversos clubes, agremiações que reuniam a população negra, de cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural. Algumas dessas associações agregavam classes de trabalhadores negros, como portuários, ferroviários e

ensacadores, constituindo, de certa forma, entidades sindicais. (DOMINGUES, 2007, p. 103-04).

No Rio Grande do Sul, surgiu a primeira entidade brasileira desse gênero, a *Sociedade Beneficente Floresta Aurora*²¹, fundada na cidade de Porto Alegre no dia 31 de dezembro de 1872, sob a liderança do negro forro Polydorio Antonio de Oliveira. O principal objetivo da organização era zelar pela comunidade afro-gaúcha materialmente e socialmente, ajudando na realização de enterros dignos para os negros. Segundo a pesquisa da historiadora Liane Muller (2008, p. 268), de 1872 até 1920 foram criadas, em Porto Alegre, 72 sociedades de caráter diverso por uma elite negra local²². No mesmo estado, na cidade de Pelotas, a primeira e principal entidade foi a *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*, criada em 1878. (LONER, 2008, p. 248). Também foram fundadas, em Pelotas, a *Fraternidade Artística*, em 1880; a *Sociedade Progresso da Raça Africana*, em 1891; o *Centro Etiópico Monteiro Lopes*, em 1909 (promoveu reuniões com mais de 300 pessoas); o *Centro Alcides Bahia*, em 1924, entre muitas outras.

Em São Paulo, a primeira agremiação foi o *Clube 28 de Setembro*, constituído em 1897. Na mesma cidade, apareceram o *Clube 13 de Maio dos Homens Pretos* (1902), o *Centro Literário dos Homens de Cor* (1903), a *Sociedade Propugnadora 13 de Maio* (1906), o *Centro Cultural Henrique Dias* (1908), o *Grupo Dramático e Recreativo Kosmos* (1908), a *Sociedade União Cívica dos Homens de Cor* (1915), a *Associação Protetora dos Brasileiros Pretos* (1917), e o *Centro Cívico Palmares* (1926). No Rio de Janeiro, foi fundado o *Centro da Federação dos Homens de Cor*. Em Lages-SC, surgiu o *Centro Cívico Cruz e Souza* (1918). Havia também associações de mulheres negras, como a *Sociedade Brinco das Princesas* (1925), em São Paulo, e a *Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul* (1908), em Pelotas.

21 Os fundadores da *Floresta Aurora* e das outras sociedades que surgiram a seguir eram membros da 'Irmandade de N. Sra. Do Rosário', criada em 1786 em Porto Alegre por 220 pessoas – a maioria negros. Essa irmandade, de caráter nacional, conferiu prestígio e distinção social ao grupo de seus membros, e ao mesmo tempo representou um espaço de luta para eles. (MULLER, 2008, p. 264).

22 Havia três tipos de entidades negras: sociedades dançantes, sociedades beneficentes e instrutivas, e as que englobavam ambas as atividades.

MOVIMENTO NEGRO NO SÉCULO XX

ANOS 1915-45: A LUTA PELA CIDADANIA ATRAVÉS DA IMPRENSA

Com a emancipação, ganhou impulso uma imprensa negra: “[...] jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões.” (DOMINGUES, 2007, p. 104). A forma de retratar as pessoas negras, por essa imprensa, diferia do modo estereotipado e depreciativo encontrado em outros veículos de comunicação. Ela foi importante no contexto pós-abolição por se constituir como uma alternativa para a população negra brasileira fugir da reprodução da ideologia racista. (CRUZ, 2010, p. 63).

Alguns desses periódicos já circulavam em décadas anteriores à abolição. Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto (2005, p. 73), no Rio de Janeiro (RJ), em 1833, foram lançados *O Homem de Cor* ou *O Mulato*, *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*. Em Recife (PE), em 1876, surgiu *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*.

Já no pós-abolição, emergiram diversos periódicos: no Rio Grande do Sul, *O Exemplo*, em 1892, em Porto Alegre, e o *Alvorada*, em Pelotas, em 1907, que foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país, publicado com pequenas interrupções, até 1965. Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria - Orgão dos Homens de Cor*, de 1899; depois surgiram *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *A Rua*, em 1916; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; *A Sentinela*, em 1920; *Clarim da Alvorada*, em 1924, um dos principais jornais desse período. Em Campinas, surgiram *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Foram publicados também o *União* (1918), em Curitiba e *A Raça* (1935), em Uberlândia.

Esses jornais “[...] remetiam a contextos onde estavam reunidos autores e leitores negros unidos pelo interesse da circulação de informações de interesse do grupo sociorracial.” (PINTO, 2005, p. 73). Eles abordavam os mais variados assuntos, porém seu foco era as dificuldades vivenciadas pela população negra nas áreas do trabalho, da habitação, da educação, da saúde, além de se configurarem como tribunas privilegiadas sobre o problema do racismo sofrido por seu público leitor. Na ausência de um movimento negro organizado, de luta política, os jornais supriam, de certa forma, a necessidade de crítica à discriminação racial e de conscientização sobre a contribuição dos negros na formação do Brasil. (SANTOS, 2006).

A FRENTE NEGRA BRASILEIRA (FNB)

Fundada em 16 de setembro de 1931, em São Paulo, a *Frente Negra Brasileira* (FNB) foi a mais importante entidade negra do país, na primeira metade do século XX. Teve delegações em diferentes estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia.

A entidade organizava cursos, mantinha grupos musicais, times de futebol, serviços médicos e odontológicos, educação, além de publicar o jornal *A Voz da Raça*. Um dado importante é que as mulheres negras participavam ativamente da FNB, realizando trabalhos assistencialistas e na organização de bailes e eventos artísticos.

O historiador Arilson Gomes (2009a, p. 99) analisa a FNB como um movimento, um oásis, um espaço político a partir do qual a sociedade e os negros brasileiros combateram o racismo, o preconceito e a discriminação. Mesmo que tenha chegado a congregar 20 mil sócios, Flávio Gomes (2005, p. 54) entende que a entidade não se constituiu um movimento de massas, já que os líderes eram funcionários públicos e letrados, faziam parte de uma elite intelectual.

Em novembro de 1934, a *Frente Negra Pernambucana* apoiou o I Congresso Afro-brasileiro, organizado e proposto por Gilberto Freyre, em Recife. Esse encontro foi marcante na época, pois empreendeu esforços para estudar a trajetória do negro e a sua importância no processo de formação da identidade brasileira. (GOMES, 2009b, p. 13). Em janeiro de 1937, ocorreu também o II Congresso Afro-brasileiro, nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. É interessante observar que dois estados do Nordeste foram palco desses primeiros encontros. Apesar da distância em relação ao Sul e Sudeste, contaram com a participação de diversos representantes das 'Frentes' dessas regiões, o que revela a importância desses eventos no movimento de lutas em prol dos negros²³.

Em 1936, a FNB tornou-se partido, defendendo um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista (DOMINGUES, 2007, p. 107), mas foi extinto em 1937 - como todos os movimentos de manifestação política da época - com o advento do Estado Novo.

²³ Gomes (2009a, p. 108) menciona o caso de Pelotas-RS, por exemplo, em que a distância percorrida, cerca de 4.000 quilômetros, tornava a viagem demorada e difícil: "Na época, o principal meio de transporte para viagens deste tipo era o navio, o que denota um imenso interesse de pessoas e de seus pensamentos, por ocasião desses oásis, independente das regiões de suas formações."

UNIÃO DOS HOMENS DE COR E TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

Mesmo no contexto ditatorial, algumas entidades floresceram. Ainda no Estado Novo, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943, a *União dos Homens de Cor* (UHC). Dotada de complexa estrutura organizacional, conseguiu se expandir para vários estados, na segunda metade da década de 1940: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná, fazendo-se presente em inúmeros municípios do interior. As atividades da UHC compreendiam a “[...] promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais.” (DOMINGUES, 2007, p. 108). Dissidências dessa entidade formaram agremiações como a *União Cultural dos Homens de Cor* (UCHC), no RJ e a *União Catarinense dos Homens de Cor* (UCHC), em Blumenau, em 1962.

O *Teatro Experimental do Negro* (TEN), fundado por Abdias do Nascimento²⁴, em 1944, no Rio de Janeiro, foi outro importante agrupamento que começou a atuar no final do Estado Novo. Inicialmente a proposta do TEN era formar atores negros, mas gradativamente ampliou seus propósitos, passando a publicar o jornal *O Quilombo*, ofereceu cursos de alfabetização e de corte e costura, organizou concursos artísticos, entre outras atividades. Com o golpe militar de 1964, o TEN arrefeceu sua atuação e foi praticamente extinto em 1968, quando seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o autoexílio nos Estados Unidos.

ANOS 1945-64: PERÍODO DEMOCRÁTICO

O fim do Estado Novo possibilitou uma renovação dos movimentos negros. Com o retorno da democracia, surgiram grupos de discussão e atuação contra o racismo e a discriminação racial em todo o país. Além disso, tomou impulso uma nova fase da imprensa negra. Em São Paulo, apareceram os jornais *Alvorada* (1945), *O Novo Horizonte* (1946), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Níger* (1960) e a revista *Senzala* (1946). Em Curitiba, foi fundado o jornal o *União* (1947); no Rio de Janeiro, o *Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952).

Além disso, o contexto internacional era favorável ao desabrochar de organizações de promoção do negro. No final da década de 1950 tiveram início os movimentos de descolonização nos territórios africanos sob jugo europeu:

²⁴ Para saber mais sobre Abdias do Nascimento, consultar: <<http://www.abdias.com.br/biografia/detalhada.htm>>. Acesso em 20/05/2015.

Guiné tornou-se independente em 1958; em 1959 os países africanos movimentavam-se em seus processos de autonomia. Na Conferência de Bamako, o Senegal e o Sudão Francês formavam a Federação do Mali, independentes. Daomé, Níger, Alto da Volta, Costa do Marfim e Togo tornam-se independentes em 1960. (GOMES, 2009b, p. 3).

Emergia toda uma efervescência de associações e imprensa negra nesse período, porém alguns autores observam uma tendência desses movimentos a evitar o confronto com os brancos, de tentar uma espécie de conciliação social. Muitos deles preferiram atuar na área da educação e em projetos de solidariedade, possivelmente como uma “[...] estratégia diante do arraigado discurso oficial brasileiro de igualdade entre as raças e a existência de uma democracia racial.” (SILVA, 2003, p. 224).

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A LEI AFONSO ARINOS

O mito da democracia racial começou a ser gestado após a abolição. Para Joaze Bernardino (2002), esse mito faz parte da construção da nação brasileira. Grande parte da população acredita que vive num país não caracterizado por conflitos raciais. Esse mito ganhou *status* científico com a publicação da obra *Casa Grande e Senzala* (1933), do sociólogo Gilberto Freire. Mesmo que o autor tenha destacado “[...] o caráter sadomasoquista da cultura brasileira, o sadismo da casa-grande personificado no senhor de engenho e o masoquismo da senzala materializado na figura do escravo”, o livro expressa um “[...] otimismo em relação a um ambiente social gestado durante a fase colonial brasileira que favorece e é propício à ascensão social do mulato, tipo que tenderia a caracterizar num futuro próximo o Brasil.” (BERNARDINO, 2002, p. 251). Outro aspecto a considerar é que o mito da democracia racial se apoiava - e ainda se apoia - na generalização de casos de ascensão social do mulato, o que sempre ocorre a partir da desvalorização do negro. Em outras palavras, a discriminação pode variar para mais ou para menos, de acordo com as gradações de cor da pessoa, mas isso também muda, em função de sua posição social - negros que enriquecem podem tornar-se ‘negros de alma branca’, como verificou Florestan Fernandes (1965).

Em 1951, o Congresso Nacional aprovou a Lei 1.390, a ‘Lei Afonso Arinos’, nome do deputado que a redigiu²⁵, considerada importante para o começo da conscientização sobre o mito da democracia racial. Essa legislação

25 De acordo com O Globo (21/10/2013), “[...] a inspiração para a lei do racismo foi fornecida a Afonso Arinos pela discriminação sofrida em 1950, no Rio de Janeiro, por uma negra americana. A bailarina Katherine Dunham, em excursão, foi impedida de se hospedar no Hotel Serrador. A imprensa brasileira não deu importância ao caso, mas a repercussão no exterior foi muito negativa.”

transformou em contravenção penal qualquer ato discriminatório resultante de preconceito de raça ou cor. No entanto, segundo o jornal *O Globo* (21/10/2013), sua eficácia permanece em questão: “[...] quando o autor morreu, em 1990 aos 85 anos, não havia registro de uma única prisão feita com base na lei.”²⁶ Apesar disso, houve um mérito importante, ajudou a solapar o mito da democracia racial, por causa da ampla divulgação que recebeu.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO (ACN)

A ACN surgiu em 1954, em decorrência da reação de parte da sociedade paulistana às comemorações dos quatrocentos anos de São Paulo. Numa onda comemorativa que ressaltava os ‘pioneiros’ e os ‘construtores’ da metrópole, as populações negras ficaram de fora, por isso a entidade visava ressaltar a importância do negro na história da cidade. Seus líderes já haviam participado de outras organizações de promoção do negro, como foi o caso de José Correia Leite, fundador do jornal *Clarim da Alvorada* e a FNB, entre outras associações.

Conforme o sociólogo Mário Silva (2012, p. 238) “[...] a ACN era uma entidade com diferentes propósitos, dentre os quais os de não partidizar a causa do negro (medo da desmobilização exterior, provocada pelo Estado Novo) e, também, criar uma aura de respeito à imagem pública do grupo que procurava representar.” Atuando no intervalo democrático de 1945-64, essa entidade organizou um evento para comemorar o ‘Ano 70 da Abolição’, ou seja, os 70 anos da abolição da escravatura, completados em 1958. Após o golpe de 1964, suas atividades arrefeceram e foram encerradas, em 1976.

PORTO ALEGRE, 1958: PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO NEGRO

O I Congresso Nacional do Negro ocorreu em Porto Alegre, em 1958, organizado pela *Sociedade Beneficente Floresta Aurora* (SBFA), com o apoio dos governos Municipal, Estadual, Federal e empresas privadas. Suas atividades contaram com o respaldo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de seu líder Leonel Brizola, na época prefeito de Porto Alegre. Segundo Arilson Gomes (2009a, p. 113), tanto a *Floresta Aurora* como o PTB tinham um interesse em comum:

26 Em 1988, a Lei Afonso Arinos foi substituída por um texto mais duro (Lei 7.716, do deputado negro Carlos Alberto Oliveira, PDT-RJ), que transformou em crime o que a anterior considerava contravenção penal. Depois, em 1997, o deputado gaúcho Paulo Paim (PT) ampliou o alcance dessa lei e incluiu o xingamento e as ofensas baseadas na origem e cor de pele como práticas passíveis de punição.

[...] a educação do povo, seja ela pensada como programa político nacionalizador, neste caso vinculado à ideologia do PTB, seja como estratégia de inserção e de integração social de grande parcela da comunidade negra ainda marginalizada neste estado, representada pela SBFA, que entendia profundamente o sofrimento de seus pares com o analfabetismo existente [...]. O principal elo de ‘estabilidade’ entre os projetos destas duas organizações sociais [era] a educação.

Os participantes do Congresso concluíram que o maior problema do negro brasileiro era o seu baixo nível intelectual. Para corrigir isso, era necessária uma ampla campanha de alfabetização, organizada pelas associações negras com o auxílio dos Poderes Públicos constituídos. Gomes (2009a, p. 114) esclarece que a alfabetização dos negros era importante, pois, na época, os analfabetos não podiam votar²⁷. Nesse sentido, o autor entende que “[...] foi importante a relação entre o PTB e a comunidade negra gaúcha”, pois, nas eleições de 1960 para governador do Estado do RS, Leonel Brizola elegeu-se com 55% dos votos.

ANOS 1964–78: INTERVALO DITATORIAL

O golpe militar de 1964 representou derrota, mesmo que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou a coalizão de forças que buscava o fim do ‘preconceito de cor’ no Brasil. Em decorrência do golpe, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Para os militares, os militantes ‘inventavam’ o racismo, um problema que supostamente não existia no Brasil.

No plano internacional, esse foi um momento profícuo de importantes contestações sociais. No caso do movimento negro, nos EUA, na década de 60, estava em curso a valorização da beleza dos negros, expressa no uso do cabelo *black power*, sapato com salto e calças ‘boca de sino’, rastafáris, etc. No plano musical, fazia sucesso o ritmo do *reggae*, com as canções de Bob Marley. Também foi a época de emergência de importantes ativistas dos direitos sociais dos negros, como Martin Luther King, Angela Davis e Malcolm X, nos Estados Unidos, e Nelson Mandela, contra o Apartheid, na África do Sul.

Mas o silenciamento brasileiro não foi total. Em Porto Alegre, surgiu o *Grupo Palmares* (1971), o primeiro no país a defender a comemoração do dia 20 de novembro, em vez do 13 de maio. Nos anos 1970, emergiram, no Rio de Janeiro, no interior da juventude negra, o movimento *Soul*, depois batizado de *Black Rio*; o *Grupo Abolição*, com o objetivo de ensinar a dança, a história e cultura negra; o *Instituto de Pesquisa das Culturas Negras* (IPCN); e o *Teatro Profissional do Negro* (TEPRON). No entanto, essas iniciativas não tinham sentido político de enfrentamento com o regime.

²⁷ Na época, cerca de 70% da população negra era analfabeta. Assim, apenas os maiores de 18 anos dentre os 30% restantes estavam aptos a votar.

ANOS 1975-88: RESSURGIMENTO

Na segunda metade dos anos 60, a ditadura militar inviabilizou as manifestações de cunho étnico, pois seus representantes promoviam o mito da democracia racial – **uma das peças chaves de sua propaganda oficial**. Porém, no término desse triste período, diversos movimentos sociais voltaram a se manifestar, e surgiram importantes entidades de defesa dos negros.

O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

O movimento negro, enquanto proposta política, só ressurgiria em 7 de julho de 1978, com o recém fundado *Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial* (MUCDR)²⁸, quando seus integrantes organizaram um ato público em São Paulo contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê, e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guainases, na cidade de São Paulo. A data, posteriormente, ficaria conhecida como *Dia Nacional de Luta Contra o Racismo*.

Para Domingues (2007, p. 112), fatores externos e internos explicam a criação desse Movimento, no bojo do retorno de uma ampla gama de movimentos sociais, no fim do período ditatorial. Entre os fatores externos, podemos citar o movimento negro norte-americano, organizações negras marxistas, como os *Panteras Negras*, e o movimento de libertação das nações africanas. Já no plano nacional, é importante ressaltar a influência da organização marxista, de orientação trotskista, *Convergência Socialista*. Integrantes dessa organização acreditavam que a luta antirracismo deveria expressar também a luta revolucionária contra o capitalismo. Para defender essas ideias, a *Convergência Socialista* destinou a coluna 'Afro-Latino América', em seu jornal *Versus*, que circulou entre 1977-79.

Dias após a fundação, na primeira assembleia nacional da entidade, seu nome foi modificado, adicionando-se a palavra 'Negro'. Dessa forma, a denominação *Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial* (MNUCDR) foi aprovada. Entretanto, como a principal luta era contra a discriminação racial, seu nome foi simplificado para *Movimento Negro Unificado* (MNU).

28 criação do MUCDR ocorreu em São Paulo, no dia 18 de junho de 1978, com a participação de diferentes grupos e entidades negras, como o *Centro de Cultura e Arte Negra* (CECAN), *Grupo Afro-Latino América*, *Câmara do Comércio Afro-Brasileiro*, *Jornal Abertura*, *Jornal Capoeira*, *Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros*.

De forma diferente de movimentos anteriores, o MNU objetivava fortalecer o poder político do movimento negro. Para isso, os integrantes passaram a contestar a ordem vigente, engajando-se em distintos movimentos sociais. Outro ponto interessante desse novo movimento é que passou a adotar o termo ‘negro’ como símbolo de orgulho, destituindo-o de sua conotação pejorativa. Já a expressão ‘homens de cor’ caiu em desuso.

Entre as atividades em que o MNU se engajou, é importante ressaltar as reivindicações na área educacional, como a revisão dos livros didáticos, a capacitação de professores para o ensino das relações interétnicas, o ensino da história da África nos currículos escolares. Em geral, houve um movimento de revisionismo, um ‘retorno’ à África: as entidades buscavam a valorização de uma identidade étnica negra, rompendo com os valores dos brancos, aceitos sem grande questionamento, até então.

ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Um órgão público importante foi o *Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra* (CPDCN), criado em resposta às reivindicações da militância negra paulista em 1984, quando Franco Montoro (PMDB) governou *São Paulo*. Também houve a criação de conselhos semelhantes em âmbito municipal, como, por exemplo, o Conselho Municipal Negro de Marília-SP, em 1988²⁹.

O CPDCN foi um dos “[...] organismos de representação da militância negra na esfera política institucional. A criação dos Conselhos em nível municipal e estadual parece ter sido uma vitória da militância negra paulista.” (CRUZ, 2010, p. 69). Segundo Hanchard (2001, p. 157), o CPDCN tinha por objetivo “[...] desenvolver estudos relativos à situação da comunidade negra, propor maneiras de a comunidade defender seus direitos civis, e eliminar as práticas discriminatórias que afetam cotidianamente a vida socioeconômica, política e cultural dos negros.”

Já no Rio de Janeiro criou-se a *Secretaria de Promoção e Defesa das Populações Afro-brasileiras*, em 1991, durante o governo de Leonel Brizola. As reivindicações do movimento negro carioca foram assumidas pelo órgão governamental, com a criação de uma Delegacia especializada em crimes de racismo e um balcão de atendimento a denúncias.

29 A trajetória desse conselho e de outros movimentos na cidade de Marília-SP foi abordada por Leonardo Cruz em sua dissertação de mestrado. (CRUZ, 2006). Segundo o autor, esses conselhos sofrem com a dependência – econômica e política – em relação aos sucessivos governos, o que tem causado dificuldade de implementação de orçamentos continuados para as políticas de médio e de longo prazo. (CRUZ, 2010, p. 69).

Em Minas Gerais, no município de Uberaba, surgiu em abril de 1986, o *Conselho Afro-Brasileiro*, órgão ligado ao poder público municipal, fruto das aspirações de membros do *Elite Clube* (criado em 1965). Sua composição reuniu as principais lideranças do movimento negro da cidade, o que fortaleceu o Conselho. (AGUIAR, 2005, p. 47).

FINAL DO SÉCULO XX: POLÍTICAS AFIRMATIVAS

A partir dos anos 1990, as chamadas políticas afirmativas tornam-se o centro das lutas antirracismo no Brasil. Segundo Amauri Pereira (2012), entre os anos 1980 e 90 ocorreu o esgotamento do modelo de militância negra adotado até ali, que, de forma abnegada, universalista e argumentativa, tentava convencer que o racismo era um mal para toda a sociedade e por isso devia ser enfrentado. Esse tipo de ‘pregação’ surtiu pouco efeito prático. Por outro lado, avançaram as pesquisas acadêmicas sobre relações raciais, em substituição aos antigos ‘estudos afro-brasileiros’. Além disso, o contexto de fim da guerra fria, no plano internacional, colocou novos desafios e oportunidades aos movimentos negros. Em vez dos debates teóricos sobre a questão racial, inicia-se uma espécie de ‘virada pragmática’, na qual uma série de ações de valorização do negro tornam-se política de Estado, visando mudanças reais na vida desses cidadãos.

No Brasil, o conceito de ações afirmativas foi adotado por entidades públicas para incentivar a igualdade entre os grupos étnico-raciais. São exemplos de ações afirmativas para os afrodescendentes:

- programas de Bolsas de Estudo;
- inclusão de negros ou grupos discriminados em empregos ou escolas/universidades (por meio de cotas, metas, bônus, financiamentos, etc.);
- prioridade para empréstimos;
- distribuição de terras e moradia, etc.
- Desde os anos 1990, vêm sendo aprovadas diversas leis e estatutos baseados nas ações afirmativas para os afro-brasileiros:
- Lei 10.639/2003 - obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em instituições de nível fundamental e médio;
- Lei 12.288/2010 - institui o Estatuto da Igualdade Racial;
- Lei 12.711/2012 - aprova cotas para entrada de negros nas universidades.

O tema dessa última lei tem sido alvo de acalorados debates. Há autores que percebem nas cotas uma política decorrente do modelo neoliberal

do capitalismo implementado na década de 1990, ao particularizar a luta dos negros, em detrimento da questão social, centrada na luta de classes. A política de cotas apresentaria um caráter contraditório:

[...] ao mesmo tempo em que propagandeia a ampliação da oportunidade e ascensão social, reforça estereótipos já existentes de falsas 'inferioridades'. Isto porque, por meio da adoção de um percentual numérico, cujo objetivo principal é garantir a presença de parcela da população socialmente discriminada em diversas esferas da vida social - no caso em tela, na universidade -, a política de cotas, lamentavelmente, acaba reforçando uma pretensa incapacidade desses indivíduos, posto que se baseia na utilização do desprestígio como critério específico. A decisão política de 'reparar' os danos sofridos por segmentos sociais não deve implicar em um conjunto de políticas ditas 'afirmativas'. Nem, tampouco, a luta em defesa de políticas específicas que acarretem a subestimação da necessidade de se promover realmente uma luta em benefício destes grupos, até porque este argumento mistifica e escamoteia a verdadeira gênese: a desigualdade de classe que se deseja ver perpetuada. Assim, essa inclusão se daria permanentemente em patamares subalternos à ordem e à classe dominante, anestesiando a percepção do servilismo e da desigualdade. (LEITE, 2011, p. 29).

Por outro lado, os defensores da política de cotas argumentam que ela é muito importante na desconstrução do racismo e na composição de uma nova realidade, capaz de superar o legado de exclusão étnico-racial vivenciado pelos afrodescendentes. O ingresso no ensino superior é fundamental nesse processo:

Dados do IPEA revelam que menos de 2% dos estudantes afrodescendentes estão em universidades públicas ou privadas. Isso faz com que as universidades sejam territórios brancos. A universidade é um espaço de poder, já que o diploma pode ser um passaporte para ascensão social. É fundamental democratizar o poder e, para isso, há que se democratizar o acesso ao poder, vale dizer, o acesso ao passaporte universitário. (PIOVESAN, 2008, p. 894).

O filósofo Renato Janine Ribeiro, na condição de Ministro da Educação brasileiro, em maio de 2015, defendeu a política de cotas, "enquanto houver racismo". Para ele, a desigualdade resultante da discriminação de negros e indígenas "[...] é uma realidade empírica. Isso requer medidas. E a medida mais adequada se chama ação afirmativa, que pode incluir ou não cotas, mas que é muito importante." (BRASIL 247, 04/05/2015, *online*).

O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

A educação formal e a preparação profissional foram sempre perseguidas pelos negros organizados, em diferentes épocas. A FNB, em São Paulo, nos anos 1930, formou grandes turmas de alfabetização. Os diretores fundadores do *Renascença Clube*, do Rio de Janeiro (nos anos 1950), chegavam a comprar livros para os alunos em dificuldades. O TEN criou escolas de atores e aulas de alfabetização. A *União Cultural dos Homens de Cor*, do Distrito Federal, constituiu diversos cursos de corte e costura para empregadas domésticas. (SILVA, 2003, p. 227).

Atualmente, a educação também se faz presente no centro do debate anti-racista no Brasil, porém, com algumas diferenças. Não se trata de apenas escolarizar as populações negras. Mais do isso, é necessário oferecer uma educação de qualidade e que inclua as 'Africanidades' como elementos tão centrais quanto o estudo de história e filosofia europeia, por exemplo. O tema (educação) permanece, mas de forma distinta.

A própria lei que tornou obrigatório o ensino da história da África e cultura afro-brasileira nas escolas. (BRASIL, Lei 10.639/2003) é fruto de reivindicações do movimento negro. As associações negras perceberam que as desigualdades e discriminações raciais também eram fruto de uma educação que privilegiava a história da Europa e dos Estados Unidos e que desqualificava o continente africano. Desde o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950 no Rio de Janeiro, os movimentos passaram a reivindicar que era fundamental garantir “[...] o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira.” (SANTOS, 2005, p. 22). Após décadas de pressões, em diferentes governos, finalmente a Lei foi sancionada em 2003 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

FECHANDO O CAPÍTULO: DO BRANQUEAMENTO À VALORIZAÇÃO DAS 'AFRICANIDADES'

Ao analisarmos os movimentos sociais negros brasileiros numa perspectiva histórica, podemos perceber uma pluralidade de discursos político-ideológicos e vertentes teóricas. Enquanto na primeira metade do século XX, houve a defesa de posições políticas de 'direita' (como o caso da FNB), após a ditadura militar o movimento negro organizado alinha-se mais à esquerda e propõe um programa em prol da justiça racial que tem sensibilizado cada vez mais a sociedade brasileira.

Trata-se de um movimento bastante diversificado, atuando por meio de variadas frentes (criação de associações, jornais, promoção de eventos,

atividades, cursos, etc.). Sua trajetória vem caracterizando-se pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta pela integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira.

Se em seus primórdios, no pós-abolição, a tônica do movimento era por uma adequação ao mundo dos brancos - um apagamento do negro na sociedade, outra forma de 'branqueamento' -, nos 'novos' movimentos negros surgidos nos anos 1970 o foco mudou para a valorização da herança africana dos negros. As 'africanidades' se tornaram motivo de orgulho para os negros e negras brasileiros. Isso se manifestou na maneira como os afrodescendentes passaram a encarar o próprio corpo - o cabelo, por exemplo, passou a ser considerado sinal de beleza da etnia.

A temática das relações étnico-raciais é incontornável no século XXI. Num país como o Brasil, que abriga a maior população negra da América Latina, a luta pela igualdade e pela inclusão social dos afrodescendentes é ainda um desafio para os movimentos negros atuais. Nesse sentido, a aprovação da lei que instituiu o ensino obrigatório da história da África nos estabelecimentos de ensino brasileiros é uma vitória importante, resultado da luta desses movimentos. O professor de história tem papel fundamental na efetivação da legislação em sala de aula, para que o conhecimento sobre a herança africana possa, de fato, contribuir para o exercício da cidadania dos negros e negras. Assim, a lei se tornará uma das ferramentas para enterrar, de vez, o nefasto mito da democracia racial em nosso país.



MOVIMENTOS SOCIAIS AMBIENTALISTAS NO BRASIL

OS PRIMÓRDIOS DO MOVIMENTO PELA PROTEÇÃO À NATUREZA NO MUNDO

A intervenção humana nos ritmos da natureza remonta às mais antigas civilizações de que se tem notícia, no entanto, a percepção de que essa interferência possa causar a destruição do ambiente natural é mais ou menos recente. Vozes se levantaram sobre o assunto, já nos séculos XVIII e XIX, em alguns países europeus, Estados Unidos e no Brasil. Porém, como movimento social moderno, o ambientalismo só surge nos anos 60-70 do século XX.

No mundo anglófono, um dos primeiros nomes lembrados é Gilbert White, “[...] cuja obra seminal, *The Natural History of Selbourne*, editada em 1788, tornou-se o quarto livro mais publicado em língua inglesa e influenciou sucessivas gerações de naturalistas, inclusive Darwin.” (McCORMICK, 1992, p. 22). Estudando a natureza de Selbourne, onde nasceu, e embasado em leituras sobre o paganismo grego e romano, White chegou a uma concepção de harmonia arcadiana no mundo natural, que, de acordo com o historiador

Donald Worster (2011), foi a raiz do vitalismo e de visões orgânicas, holísticas da natureza, uma tradição de pensamento que seria seguida por autores dos séculos XIX e XX, como Henry Thoreau, John Muir, Aldo Leopold e Rachel Carson, entre outros.

Para John McCormick (1992, p. 22), “[...] a Inglaterra do século XVIII tornou-se a Meca dos naturalistas e ilustradores botânicos.” Também foram importantes as descobertas do botânico sueco Carl von Linné (Linnaeus), que elaborou a primeira classificação taxonômica, considerada como o primórdio da ecologia, numa longa sequência de estudos que culminariam nas teorias de Darwin e de Wallace.

O primeiro grupo ambientalista privado do mundo foi a *Commons, Open Spaces, and Footpaths Preservation Society* (fundada em 1865). A associação promoveu campanhas pela preservação de espaços para amenidades, particularmente as áreas verdes urbanas, que eram, com frequência, o ‘ambiente campestre’ mais disponível para os trabalhadores urbanos.

Entre as primeiras causas de cunho ambiental defendidas na Inglaterra e Estados Unidos, ainda no século XIX, a manifestação contra a crueldade no tratamento dos animais foi uma das mais importantes. No Brasil, essa causa mobilizou ativistas no início do século XX.

A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

A partir do mesmo zelo humanitário que gerou o movimento antiescravagista, surgiu, no início do século XIX, uma importante tendência do ambientalismo britânico: a cruzada contra a crueldade com os animais. A primeira entidade de proteção aos animais criada no mundo é a britânica *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals* (RSPCA)³⁰, em atividade desde 1824.

Mesmo que a RSPCA tenha realizado campanha contra a crueldade com animais domésticos, em seus primórdios, em pouco tempo dirigiu sua atenção para os animais selvagens. Por volta de 1870, atuava contra a vivisseção, o tiro aos pombos, a caça ao veado e ao coelho. Naquela época, “[...] a crueldade contra animais era vista como a expressão dos elementos mais selvagens e primitivos da natureza humana. Os protecionistas acreditavam que salvando

30 Fundada em 1824 com a denominação *Society for the Protection of Animals*, mais tarde mudou o nome para *Society for the Prevention of Cruelty to Animals*, foi reconhecida por carta real em 1840, motivo pelo qual acrescentou *Royal* em sua denominação. Em português, chama-se, atualmente, ‘Real Sociedade pela Prevenção da Crueldade com Animais’. Para saber mais, acesse o site da RSPCA: <http://www.rspca.org.uk/utilities/aboutus/-/articleName/EM_About_us>. Acesso em: 14/05/2015.

os animais selvagens estavam ajudando a preservar a própria tessitura da sociedade.” (McCORMICK, 1992, p. 23).

Inspirado pelo exemplo britânico, o norte-americano Henry Berg fundou a Sociedade Americana para Prevenção da Crueldade com Animais (ASPCA), em 1866, em Nova Iorque, e escreveu uma declaração dos direitos dos animais sem precedentes no país. Berg e uma pequena equipe fiscalizavam matadouros e canis, inspecionavam selas de cavalos (que transportavam as pessoas na época) e ministravam palestras em escolas para conscientizar crianças e jovens sobre o tema. A ASPCA se encontra ainda em atividade³¹.

Uma das batalhas mais populares, na década de 1860, foi contra a matança dos pássaros, especialmente a gaivota, para fornecer plumagem para artefatos de moda feminina. É interessante perceber que essa prática também ocorreu no Brasil. A beleza das aves brasileiras, com suas magníficas cores e plumagens, foi objeto de desejo, no final do século XIX e início do XX, para a fabricação de acessórios femininos, como chapéus de plumas e penas, considerados sinônimo de elegância na Europa e em vários países da América. Espécies mais cobiçadas eram, além de araras (por suas variadas cores), emas, garças, papagaios, periquitos, tucanos, beija-flores e saracuras. Para se ter uma ideia da extensão da matança, basta considerar que, como cada ave contribuía com algumas gramas de penas, para se obter quilos ou toneladas, uma quantidade imensa de pássaros morria. Um verdadeiro massacre foi denunciado por cientistas atuantes na época, como Emílio Goeldi, Herman Von Hiering e Edgar Roquette-Pinto. (DUARTE, 2005).

No Rio Grande do Sul, Henrique Luiz Roessler, preocupado com a proteção à natureza nos anos 1930-60, também denunciou o contrabando de plumas de avestruzes, colibris e garças brancas para a fabricação desses chapéus, que eram “o máximo de elegância” para senhoras distintas. O caso da garça branca era ainda mais dramático, pois os penachos do peito das aves, conhecidos como ‘aigretes’, apareciam na primavera, temporada de reprodução, o que causava a morte de muitos espécimes nos ninhos. Segundo Roessler (2005, p. 184), era preciso que 500 aves morressem para conseguir 1 quilo de ‘aigretes’.

Uma das primeiras entidades dedicadas aos animais no Brasil foi criada no Rio Grande do Sul, em 1910, a *Sociedade Protectora dos Animaes*, por Affonso Hebert e Alfredo Ossório. Mas a personagem mais importante na defesa dos animais no estado foi Palmira Gobbi (1909-79), que em 1934, fundou e presidiu a *Associação Rio-Grandense de Proteção aos Animais* (ARPA), em Porto Alegre. Mais tarde, a entidade chegou a criar um hospital veterinário destinado a curativos, cirurgias e medicação em nível ambulatorial.

31 Website da Sociedade: <<https://www.aspca.org/>>. Acesso em: 24/05/2015.

O DEBATE PRESERVACIONISMO *VERSUS* CONSERVACIONISMO

Na virada do século XIX-XX, um importante debate dividiu o ambientalismo nos Estados Unidos em dois campos: os conservacionistas e os preservacionistas. Segundo Franco e Drummond (2009a, p. 46), “[...] os primeiros se preocupavam, sobretudo, com a racionalidade na utilização dos recursos naturais, enquanto os outros defendiam a natureza com os argumentos da fruição estética e da transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem.” Em termos práticos, os ‘conservacionistas’ propunham o uso dos elementos naturais com responsabilidade para as gerações futuras; já os ‘preservacionistas’ sugeriam a reserva de áreas – de preferência as mais belas – para a constituição de parques naturais sem a presença humana.

O debate se polarizou nas figuras de John Muir (1838-1914) e Gifford Pinchot (1865-1946). O primeiro, como “[...] campeão da preservação das áreas virgens” (McCORMICK, 1992, p. 30), lutou pela criação do Parque Nacional de Yosemite, em 1890, entre outros parques. Foi um dos fundadores do *Sierra Club*, em 1892, entidade que se tornou um centro de difusão da causa preservacionista³² e da *Audubon Society*, em 1896³³. Já Pinchot era influenciado pela ciência florestal alemã – estudou manejo florestal na Europa, onde aprendeu que as florestas poderiam ser tanto protegidas como administradas para aproveitamento sustentado. Para o historiador norte-americano Roderick Nash (2001, p. 135) a lealdade definitiva de Pinchot era para com a civilização e o manejo florestal; já a de Muir para com as áreas virgens e a preservação.

Os preservacionistas tiveram vitórias importante, pois grandes áreas naturais foram reservadas nos EUA. A primeira delas, o primeiro parque natural do mundo, foi instituída em 1872, o Parque Yellowstone. Com mais de dois milhões de acres (cada acre corresponde a 4.046 m²), localiza-se nos estados de Wyoming, Montana e Idaho e é um dos maiores ecossistemas temperados do planeta.

SÉCULO XX: O PÓS-2ª GUERRA MUNDIAL

Após a Segunda Guerra Mundial, as questões ambientais passaram a fazer parte da agenda internacional dos países. O mundo dividido entre os blocos ideológicos comunista (liderado pela União Soviética) e capitalista

32 O *Sierra Club* é atuante até a atualidade. Veja mais em: <<http://www.sierraclub.org/about>>. Acesso em 14/05/2015.

33 A *Audubon Society* tem se dedicado, desde a fundação, à causa da proteção aos pássaros e contra sua caça indiscriminada. Website: <<http://www.audubon.org/>>. Acesso em 14/05/2015.

(liderado pelos Estados Unidos), a ameaça nuclear e a corrida armamentista suscitaram um medo global de que o planeta pudesse ser destruído pelo homem. Especialmente importante foi o debate gerado em função dos testes atômicos realizados pelas grandes potências e seu perigo para a vida como um todo.

O primeiro órgão destinado a proteção da natureza em âmbito internacional foi a *International Union for the Protection of Nature*, IUPN (União Internacional para Proteção da Natureza), fundada em 1948, por sugestão dos naturalistas Sir Julian S. Huxley (1887-1975), então diretor da UNESCO, e Edward M. Nicholson (1904-2003). A instituição, de caráter bipartite (governamental e não-governamental) foi criada com a missão de promover a preservação da vida selvagem e a conservação da natureza. À época de sua fundação, a IUPN englobava características tanto preservacionistas, quanto conservacionistas. Em 1956, a organização mudou seu nome para *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*, IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) e permanece assim até os dias atuais.

Desde o início, a IUCN apresentava dificuldades econômicas para financiar projetos de proteção ambiental. A solução para o problema veio com a criação do *World Wildlife Fund* (WWF), em 1961, também por influência de Huxley e Nicholson. No Brasil, o WWF começou a operar uma década depois, em 1971. Atuante até hoje, é responsável por financiar inúmeros projetos conservacionista em diversos países.

Em 1949, foi realizada a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos (*United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources*, UNSCCUR) no estado de Nova York, nos Estados Unidos. Organizada conjuntamente pela FAO, OMS, UNESCO e Organização Internacional do Trabalho, contou com a participação de mais de quinhentos e trinta delegados de quarenta e nove países (excluindo a URSS) e reuniu diversos especialistas com o intuito de tratar aspectos relacionados à conservação dos recursos naturais.

ANOS 1960: PRIMAVERA SILENCIOSA

Publicado em 1962, *Primavera Silenciosa*, escrito pela bióloga norte-americana Rachel Carson, tornou-se um dos livros mais impactantes do século XX. A obra é o primeiro alerta em âmbito mundial sobre os perigos dos agrotóxicos, em especial o DDT, um inseticida organoclorado³⁴.

³⁴ Segundo Elenita Pereira (2012), “[...] o DDT foi sintetizado em 1874, na Alemanha, mas suas propriedades inseticidas só foram descobertas em 1939 pelo químico suíço Paul Hermann Müller

No livro, Carson aponta para os efeitos negativos do uso dos pesticidas na agricultura, contaminando o solo, as águas de superfície (rios, lagos) e subterrâneas (aquíferos), animais aquáticos e terrestres e aves. O problema mais grave era que as aplicações de agrotóxicos “[...] não matavam apenas as pragas (insetos, ervas daninhas, fungos etc.) às quais se dirigiam, mas também muitas outras espécies, inclusive predadores naturais dessas pragas.” (PEREIRA, 2012, p. 73). No caso do DDT, Carson mostrou que ele atinge todo o ecossistema – solo, águas, fauna e flora – e entra na cadeia alimentar, chegando aos humanos.

Primavera Silenciosa não somente impulsionou a conscientização popular sobre o uso de agrotóxicos no mundo todo, como também o surgimento do movimento ambientalista moderno, de caráter político e combativo. Mais do que isso, a obra de Carson refletia uma preocupação de cunho ético-ambiental da autora: ao criticar o uso dos agrotóxicos, Carson abordava uma questão fundamental, a relação do homem com a natureza. Em um trecho do livro, ela indaga: “O valor supremo é um mundo sem insetos, mesmo que seja um mundo estéril?” (CARSON, 1969, p. 137).

A bióloga entendia que a humanidade estava em guerra com a natureza: trilhava um caminho equivocado e começava a sofrer um tipo de risco introduzido por ela mesma. Em nome do progresso científico, os agrotóxicos eram anunciados como “[...] a maneira mais moderna de se erradicar pragas na agricultura e, com isso, resolver o problema da fome no mundo. Essa ‘promessa’, no entanto, não foi cumprida: os insetos se tornaram resistentes aos venenos e ainda há muita gente passando fome.” (PEREIRA, 2012, p. 73).

ANOS 1960-70: O BOOM DO AMBIENTALISMO NO MUNDO

O movimento ambientalista moderno surgiu na virada dos anos 1960-70, impulsionado pela discussão sobre os testes atômicos, pelo livro *Primavera Silenciosa* e por uma série de desastres ambientais em diferentes países, por exemplo, o vazamento de petróleo do cargueiro Torrey Canyon, na Inglaterra em 1967, a contaminação por mercúrio na baía de Minamata, no Japão, nos anos 1950-60, o derramamento do agrotóxico Endosulfan no Rio Reno, em 1969, causa da morte de milhões de peixes, entre muitos outros. Também importantes impulsos durante os anos 1960, foram o movimento pacifista, que se manifestava contra a Guerra do Vietnã, o movimento de contracultura e o movimento *hippie*, que criticavam o hiperconsumo pregado pelo sistema

(1899-1965). Como o composto foi empregado inicialmente, com sucesso, no combate a insetos (piolhos, mosquitos e outros) transmissores de doenças (tifo, malária, febre amarela e outras), a descoberta foi apontada como um feito revolucionário e deu a Müller, em 1948, o prêmio Nobel de Medicina.”

capitalista, o uso das descobertas científicas como armas de morte (energia atômica e agrotóxicos, por exemplo) e defendiam uma espécie de 'retorno à natureza', às áreas verdes, "[...] para manter os valores da terra num mundo materialista." (McCORMICK, 1992, p. 77).

Em setembro de 1968, realizou-se em Paris a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera. Dentre as questões debatidas na Conferência da Biosfera, podemos citar as mudanças no ambiente em âmbito mundial; as exigências da população dos países industrializados de correção das agressões ao meio; a compreensão de que o modo como era conduzido o desenvolvimento e o uso dos elementos naturais precisavam ser alterados, "[...] de um desenvolvimento descuidado, para outro que considerasse a biosfera como um sistema, em que uma das partes pode afetar o todo." (McCORMICK, 1992, p. 98); a necessidade de um enfoque interdisciplinar para o uso dos recursos naturais, que integrasse ciências naturais, sociais e a tecnologia; a urgência de novas pesquisas sobre os problemas ambientais.

Também no ano de 1968, começaram as reuniões do chamado 'Clube de Roma', um grupo com cerca de trinta pessoas – cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos – reunido pelo empresário italiano Aurélio Peccei, na cidade de Roma. Esse grupo foi responsável por um dos relatórios de maior repercussão quanto aos problemas ambientais, nos anos 1970. O tom catastrofista do relatório, publicado como livro (*Limites do Crescimento*, 1972), fez com que não fosse aceito unanimemente, recebendo críticas de outros cientistas. Porém, o texto foi muito importante como alerta para a tensão entre desenvolvimento econômico e proteção à natureza.

O evento internacional mais importante da década a tratar a questão ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972. Foi o primeiro grande acontecimento de discussões sobre o meio ambiente a centrar o foco no ser humano. Os encontros anteriores trataram a questão ambiental considerando seus aspectos científicos e técnicos. Já na Conferência de Estocolmo, pela primeira vez, a temática foi tratada em seus aspectos políticos, sociais e econômicos.

Dentre as resoluções da Conferência de Estocolmo, foi articulado um novo viés para o meio ambiente humano: a proteção da natureza e conservação dos recursos naturais evoluiu para uma visão mais abrangente da utilização equivocada da biosfera pelos seres humanos. Estocolmo também forçou uma interação entre os pontos de vista dos países mais e menos desenvolvidos. Além disso, na Conferência foi criado o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) que, apesar das limitações, foi um resultado institucional possível naquele momento. Outra contribuição importante do encontro foi

o entendimento sobre as relações entre o ambiente e o desenvolvimento, do qual surgiu o conceito de um novo tipo de desenvolvimento a ser perseguido: o ‘ecodesenvolvimento’. Este valorizaria o conhecimento das populações locais para a gestão do seu meio, em contraponto com os modelos homogeneizados de até então. Após Estocolmo, houve outras conferências na década de 1970, sobre temas variados.

Com o andamento dos debates, ‘ecodesenvolvimento’ foi substituído pelo conceito ‘desenvolvimento sustentável’. A expressão foi utilizada pela primeira vez num documento elaborado pela IUCN, em 1980. O desenvolvimento sustentável passou a ser definido como aquele que atende às necessidades do presente sem afetar as gerações futuras, para que elas tenham acesso aos elementos naturais que satisfarão suas necessidades. Esse conceito consolidou-se internacionalmente com a publicação do Relatório Brundtland, (em livro, sob o título *Nosso futuro comum*), em 1987, fruto das discussões da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, liderada pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. O documento influenciou a realização da ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro.

PROTEÇÃO À NATUREZA NO BRASIL

SÉCULOS XVIII– XIX: CRÍTICA AMBIENTAL

Já nos séculos XVIII e XIX havia crítica à devastação ambiental no Brasil. Eram alvo de censura, especialmente, o desmatamento da floresta tropical (Mata Atlântica) para servir de combustível aos engenhos de açúcar ou para dar lugar às lavouras de café, as queimadas e a caça às baleias.

Em sua pesquisa de doutorado, José Augusto Pádua analisou o discurso de intelectuais brasileiros que, naquele tempo, elaboraram uma reflexão profunda sobre o problema da destruição do ambiente natural. No entanto, não era uma crítica à modernidade e aos males do desenvolvimento como se formula atualmente, mas uma denúncia da “[...] realidade brasileira como uma espécie de farsa do avanço civilizatório, uma ordem calcada em instituições e técnicas herdadas do atraso colonial.” (PÁDUA, 2002, p. 27). A crítica formulada pelos autores pesquisados por Pádua percebia a destruição da natureza em seu caráter utilitário, ou seja, afirmava que a devastação **trazia** problemas econômicos ao país no futuro – não havia percepção do valor intrínseco dos elementos naturais.

JOSÉ BONIFÁCIO

Dentre os intelectuais mencionados no trabalho de Pádua, podemos destacar a figura de José Bonifácio, conhecido como ‘Patriarca da Independência’, por ter sido um dos protagonistas da emancipação brasileira de Portugal. Membro da aristocracia paulista, aos 20 anos foi para a Europa, onde estudou e viveu por mais de 30 anos. Foi um dos membros do grupo de estudos coordenado pelo naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816), na Universidade de Coimbra, em Portugal. Para Pádua (2000, p. 121), Bonifácio não deve ser visto “[...] como o fundador da crítica ambiental brasileira, mas sim como o membro mais brilhante do grupo de reflexão organizado em torno de Vandelli.” Posteriormente, tornou-se colega do naturalista alemão Alexander von Humboldt, na cidade de Freiberg, onde ambos estudavam mineralogia. Humboldt, que criticou de forma direta os males da degradação ambiental nas Américas, também influenciou as ideias protecionistas de Bonifácio.

Na Europa, Bonifácio elaborou suas reflexões críticas, baseado nas memórias que levara do Brasil. Em 1790, ele publicou sua *Memória sobre a pesca das baleias*, quando evocou “[...] a lembrança das desordens que vi e observei em algumas das armações de baleias no Brasil.” No texto *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de 1823, ele observava que a perda das florestas provocaria a redução das ‘chuvas fecundantes’ que “alimentam as nossas fontes e rios”³⁵.

Em sua dissertação de mestrado, Juliana Bublitz (2006, p. 89) entendeu que, para Bonifácio, a garantia da biodiversidade brasileira estava na

[...] exploração racional, planejada e limitada, pautada sempre pela ciência, daquilo que considerava um recurso natural, isto é, tudo aquilo que, no meio ambiente, se explorado, pudesse vir a proporcionar ganhos econômicos e contribuir para o desenvolvimento do Brasil – um país que, por sua extensão e por sua variedade de ecossistemas, prometia riquezas ‘infinitas’ que jaziam adormecidas à espera da operosidade humana.

A partir dessa perspectiva preocupada em garantir a continuidade dos ganhos econômicos, Bonifácio defendeu o fim das queimadas, a necessidade de auxílio técnico a agricultores e uma nova conexão destes com a terra, e defendeu o fim da escravidão, pois via nesta um dos fatores da destruição ambiental do país.

35 Esses pequenos excertos da obra de José Bonifácio estão citados no artigo de Pádua (2000).

SÉCULO XX – A PROTEÇÃO À NATUREZA

PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: PROTEÇÃO À NATUREZA E IDENTIDADE NACIONAL

Na virada dos séculos XIX-XX, um grupo de autores deu valiosas contribuições à formação de um pensamento sobre a proteção à natureza no Brasil. Foram eles: o alemão Herman von Ihering (1850-1930), o sueco Alberto Loefgren (1854-1918), e os brasileiros Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941) e Alberto Torres (1865-1917).

Herman Von Ihering veio para o Brasil em 1880; morou e realizou estudos no Rio Grande do Sul e, em 1894, assumiu a direção do Museu Nacional Paulista, posição que ocupou até 1915. Em 1911, em um de seus artigos para a revista do Museu, criticou a inexistência de uma legislação protetora da flora e da fauna, a pesca com dinamite, o corte das matas sem reflorestamento, e defendeu a criação de um Serviço Florestal para coordenar a conservação das matas.

Já o sueco Alberto Loefgren chegou ao Brasil em 1874. Trabalhou em diversos órgãos em São Paulo e Rio de Janeiro. Entre suas atividades, destaca-se, em São Paulo, 1898 a fundação de um Jardim Botânico na reserva florestal da Cantareira (transformado no atual Horto Florestal) e, em 1899, a criação de um Serviço Florestal e Botânico, responsável pelo uso racional das florestas. No Rio de Janeiro, ingressou no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1916, onde foi chefe da Seção de Botânica. (FRANCO, DRUMMOND, 2004, p. 151). Loefgren sobressaiu-se por liderar uma campanha pela criação de um código florestal e um serviço florestal nacionais. Foi dele também a ideia da comemoração do Dia da Árvore, em 1902.

O agrônomo Edmundo Navarro de Andrade se notabilizou pelo reflorestamento com eucaliptos, espécie por ele introduzida no Brasil. Sob sua coordenação, um dos primeiros projetos de plantio de eucalipto em grande escala no país teve início em 1904, financiado pela Companhia Ferroviária Paulista. Navarro estudou profundamente o assunto, inclusive viajou para a Austrália, a fim de “[...] conhecer tudo o que fosse possível sobre o gênero e os métodos ótimos de cultivá-lo.” (DEAN, 1997, p. 251).

Muito do pensamento sobre proteção à natureza no início do século XX foi influenciado pelo intelectual Alberto Torres. Segundo Silvia Oliveira Campos de Pinho (2007, p. 197), “[...] uma grande parte das pessoas envolvidas com a conservação ambiental nessa época reivindicará a importância da obra de Torres, valorizando-a não apenas por sua abordagem da questão ambiental, mas também pela relação que estabelece entre esta e a ‘questão

nacional.” Também o historiador José Luiz de Andrade Franco afirma que Torres surgiu como uma espécie de mentor político-intelectual para a geração de protetores da natureza atuante nas décadas de 1920-40, “[...] na medida em que relacionava propostas políticas de reforma do Estado e da sociedade com a defesa da necessidade de se conservar os recursos naturais.” (FRANCO, 2002, p. 11). As ideias de Alberto Torres se tornaram um programa de ação para esses autores, “sobretudo porque o seu pensamento permitia equacionar as preocupações com o mundo natural com o projeto de nação em voga na época.” (FRANCO, 2002, p. 29).

No final do século XIX, a primeira Constituição do Brasil República, de 1891, concedia aos estados a prerrogativa de legislar sobre o meio ambiente. Isso levou a uma série de questionamentos, nos anos 1920-30, por parte de intelectuais do centro do país. Cientistas como Mello Leitão, Berta Lutz, José Vidal, Alberto José Sampaio, Roquette Pinto, Armando Magalhães Corrêa e até mesmo o escritor Monteiro Lobato entendiam que o assunto deveria ser de incumbência da União. (SILVA, 2005, p. 191).

As discussões provocadas por esses indivíduos e seu *lobby* junto ao governo Vargas levaram à publicação, na década de 1930, de uma série de legislações, códigos e mudanças na tutela do meio ambiente na Carta de 1934 (que inicia a proteção à natureza, ao subordinar a conservação da flora, da mata virgem e dos minérios à União, e não mais aos Estados) e na Carta de 1937, que representa um avanço, no sentido de considerar a natureza patrimônio nacional.

Em 1934, foi publicado o primeiro Código Florestal Brasileiro (BRASIL, Decreto-Lei 23.793, 23/01/1934), que estabeleceu a criação de uma guarda florestal para fiscalizar as florestas brasileiras. Na mesma década, foram publicados também o Código das Águas (BRASIL, Decreto-Lei nº 24.643/1934), o Código de Caça e Pesca (BRASIL, Decreto-Lei nº 23.672/1934) e a legislação sobre o Patrimônio Cultural (BRASIL, Decreto-Lei 25/1937), que organizava a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana.

Nesse contexto, as iniciativas partiram tanto do poder público como de grupos da sociedade. No âmbito governamental, além de uma legislação que prometia defender os elementos naturais, foi instituída uma estrutura de órgãos com o mesmo objetivo, dentro do Ministério da Agricultura. Dentre eles, podemos destacar o Serviço Florestal e o Serviço de Caça e Pesca. Na esfera da sociedade, as primeiras associações de proteção à natureza começavam a surgir. Entidades como o *Centro Excursionista do Rio de Janeiro*, fundado em 1919; a *Sociedade dos Amigos das Árvores*, fundada em 1931 pelo botânico

Alberto Sampaio e a *Sociedade Amigos de Alberto Torres* (SAAT), criada em 1932³⁶, foram importantes centros de incentivo à proteção do ambiente natural. (SILVA, 2005, p. 191-92).

SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX (1950-60): PROTEÇÃO À NATUREZA

Roessler e a União Protetora da Natureza (UPN)

Na história da proteção à natureza no Rio Grande do Sul, destaca-se a figura de Henrique Luiz Roessler (1896-1963), que coordenou a fiscalização ambiental e fundou a primeira associação da sociedade civil de defesa da natureza no Estado, a *União Protetora da Natureza* (UPN), em 1955.

Com a publicação do primeiro Código Florestal brasileiro, em 1934, ocorreu a formação de uma polícia florestal em todo o país. Roessler, que já era contabilista e Capataz do Rio dos Sinos, se ofereceu para integrar essa polícia. Em 1939, foi nomeado Delegado do Serviço Florestal, órgão responsável pela proteção das florestas no Brasil naquela época. Em 1944, Roessler acumulou o cargo de Fiscal de Caça e Pesca. As funções faziam parte da estrutura do Ministério da Agricultura e não eram remuneradas. No exercício desses cargos, até 1954, viajou nos finais de semana por todo o Estado para aplicar, com muito rigor, a incipiente legislação ambiental brasileira. As diligências de fiscalização eram um misto de dever e aventura, que renderam por um lado amigos e apoiadores, mas por outro, inimigos, processos judiciais, violência verbal e física. Sua briga mais dura foi com os amantes da ‘passarinhada’³⁷, nas cidades que receberam colonização italiana no RS, que não admitiam a proibição da prática herdada de seus antepassados.

Nos anos finais de vida, Roessler concentrou suas energias na UPN, e tornou-se um incansável divulgador da proteção à natureza, por meio de palestras em escolas e da distribuição de cartazes educativos. A primeira obrigação de quem quisesse associar-se à UPN, prevista em seus estatutos, era o cumprimento do Juramento de Proteção³⁸, como amante da natureza. Além da

36 Conforme Pinho (2007, p. 169), “[...] a SAAT foi uma associação civil bastante ativa, organizada e, ao que tudo indica, poderosa, cujo objetivo era tanto divulgar as ideias do Mestre, como realizar ações diversas que contribuíssem para a nação. Para tanto, promoviam reuniões, palestras e debates sobre questões como educação rural, agricultura, imigração, nacionalidade, trabalho, conservação da natureza e problemas da seca no Nordeste”.

37 A ‘passarinhada’ era o nome tanto dos eventos de caça e festejos que acompanhavam o preparo de passarinhos, como do prato feito com eles, além de polenta e molho. Para saber mais sobre essa luta de Roessler e suas consequências, veja o artigo de Elenita Pereira e Regina Weber (2012).

38 Texto do ‘Juramento de Proteção’, formulado por Roessler em 1953, que todo sócio da UPN deveria aplicar como lema: “JURO SOLENEMENTE como filho do Brasil, orgulhoso de suas belezas e riquezas naturais, zelar pelas suas florestas, sítios e campos, protegendo-os contra fogo

atuação prática na entidade, a partir de fevereiro de 1957, Roessler tornou-se cronista do **jornal Correio do Povo**, no qual publicou cerca de 300 artigos sobre os problemas ambientais da época³⁹. Já existia um incipiente debate ambiental naquele contexto, que começava a abrir-se para a esfera pública. Nesse ponto, o trabalho de Roessler, como divulgador dessa temática, foi fundamental. (PEREIRA, 2013).

A ADEFLORA E A FBCN

Além da UPN de Roessler, nos anos 1950, apareceram outras duas importantes associações de defesa ambiental. Em 1956, surgiu a *Associação de Defesa da Flora e da Fauna* (ADEFLORA), criada para viabilizar uma campanha de defesa das florestas do Pontal do Paranapanema. Entre seus fundadores, constavam Paulo Nogueira Neto, Lauro Travassos Filho e José Carlos Magalhães. Um deles, o professor e naturalista Paulo Nogueira Neto, por sua atuação protecionista, foi convidado a organizar a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, em 1973, da qual foi o primeiro Secretário, o que equivale, atualmente, ao cargo de Ministro do Meio Ambiente. Em 1974, a ADEFLORA mudou o nome para *Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo* (ADEMASP) que, segundo Sandra Marcondes (2005, p. 167), segue em atividade na cidade de São Paulo e tem por objetivos a promoção da defesa do meio ambiente, o trabalho pela conservação dos ecossistemas naturais, edição e subvenção de pôsteres, publicações, revistas, livros sobre assuntos ecológicos e ambientais e a realização, incentivo ou custeio de estudos e pesquisas sobre plantas.

Em 1958, foi criada no Rio de Janeiro a *Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza* (FBCN), a mais importante entidade do gênero no país durante os anos 1960. A ideia de criar a entidade partiu do exemplo de associações que participavam ativamente da luta pela proteção às aves, em Londres (MARCONDES, 2005, p. 168). Segundo o n.º 1 de seu jornal de divulgação, o *Boletim Informativo da FBCN*, publicado em 1966, a associação foi fundada “[...] por um grupo de idealistas resolvidos a fazer face ao crescente desafio que o uso descontrolado dos recursos naturais lançava à capacidade de planejamento e execução do nosso povo”, e tinha por finalidade “promover uma ação nacional para a conservação dos recursos naturais e para a implantação de áreas reservadas de proteção à natureza.” Ainda segundo o seu *Boletim* (1966), a FBCN tinha como objetivos:

e desolação, fomentar o reflorestamento, conservar a fertilidade do solo, a pureza das águas e a perenidade das fontes e impedir o extermínio dos animais.” (PEREIRA, 2013, p. 105).

39 O *Correio do Povo* é um jornal fundado em 1895, em Porto Alegre. No contexto em que Roessler viveu, foi o jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul.

a) criação e estabilização de parques, reservas, monumentos e semelhantes, com especial atenção para as espécies raras ou ameaçadas de extinção; b) cooperação entre os governos e as organizações nacionais, estrangeiras e internacionais interessadas na conservação da natureza e dos recursos naturais; c) estudos e pesquisas concernentes à conservação dos recursos naturais; d) difusão dos conhecimentos conservacionistas.

Conforme Franco e Drummond (2009b, p. 63), a “[...] fundação da FBCN representou um esforço para enfrentar, organizadamente, os apelos desenvolvimentistas do governo do presidente Juscelino Kubitschek.” Na época de criação da entidade, a segunda metade dos anos 1950, Kubitschek implantou seu ‘plano de metas’, sob o lema ‘50 anos em 5’, do qual a construção de Brasília, a nova capital federal, era o símbolo máximo. Os integrantes da FBCN percebiam que esse desenvolvimento apregoado pelo presidente representava uma séria ameaça aos elementos naturais brasileiros.

A FBCN atuou muito por meio de convênios junto ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Também trabalhou com ONGs estrangeiras, como a WWF, com a Fundação Ford e prefeituras do Rio de Janeiro. Com seus membros, ou cientistas contratados, a entidade prestava serviços de consultoria e desenvolvimento de projetos para esses órgãos governamentais ou privados. Dessa forma, conseguiu adquirir uma sede própria e manter um quadro de pessoal, atingindo seu auge entre os anos 1966 e 1989, quando chegou a ter cerca de 4.000 afiliados. (FRANCO, DRUMMOND, 2009b, p. 70).

Nos anos 1990, a FBCN perdeu a liderança que exercia sobre as ONGs ambientalistas do centro do país, e foi criticada pelos ambientalistas ‘ecossocialistas’ de privilegiar a conservação da natureza, em detrimento de uma preocupação social mais abrangente. Ela foi acusada de ser ‘apolítica’, ‘tecnocrática’ e de ter colaborado com governos ditatoriais. (FRANCO, DRUMMOND, 2013, p. 357-358). O fato é que membros da FBCN tinham bons contatos naqueles governos, que foram úteis para firmar contratos e projetos importantes na área da conservação. Foi uma atuação relevante em prol da conservação da biodiversidade, aspecto inovador da entidade, que trouxe resultados positivos, na criação de uma série de parques nacionais e unidades de conservação, responsáveis por garantir a sobrevivência de inúmeras espécies.

SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX [1970]: SURGE O AMBIENTALISMO

Foi em meio ao período de maior repressão da ditadura militar brasileira que o ambientalismo moderno surgiu no país. Também conhecido como ‘anos de chumbo’, o intervalo entre 1968-1973 teve início com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que dissolveu o Congresso Nacional, suprimiu liberdades civis e tornou possível que o Exército e a Polícia brasileira prendessem qualquer pessoa considerada suspeita de ‘subversão’. É interessante perceber que esse contexto de fundo influenciou as estratégias adotadas pelo movimento para protestar contra a devastação ambiental: no início dos anos 1970, os ambientalistas não entraram em confronto com os militares nem questionaram as bases da ditadura, por isso conseguiram uma certa liberdade para atuar quando as manifestações e reuniões estavam proibidas – uma das normas do AI-5. No entanto, essa suposta ‘neutralidade’ foi deixada de lado e, no final dos anos 1970, os movimentos ambientalistas passaram a clamar por participação política e pela volta da democracia.

ANOS 1970: O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO RIO GRANDE DO SUL – A AGAPAN

No Rio Grande do Sul, o movimento ambientalista surgiu com a fundação da *Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural* (AGAPAN), em 27 de abril de 1971. Liderada pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger e o advogado Augusto Carneiro, entre outros fundadores, a entidade propunha-se a lutar pela defesa da ‘natureza ameaçada’, nas formas de fauna, vegetação, solo, atmosfera, águas; pela constituição de parques e reservas naturais; pela salvação da humanidade da destruição; e pela promoção da ecologia como ciência da sobrevivência.

A primeira luta da AGAPAN foi contra o corte de árvores em Porto Alegre. O prefeito na época, Telmo Thompson Flores, mandou derrubar inúmeras árvores pela cidade, para construir viadutos e abrir novas ruas ou alargar algumas já existentes. Um dos embates entre ambientalistas e prefeitura fez com que a AGAPAN ficasse conhecida fora do estado. Em 25 de fevereiro de 1975, o mineiro Carlos Dayrell, sócio da entidade, subiu em uma *Tipuana*, na avenida João Pessoa, em Porto Alegre, impedindo que fosse cortada para dar lugar a um viaduto. Esse ato de resistência tornou-se um marco na luta ambiental brasileira. (PEREIRA, 2009).

Da fundação até meados dos anos 1980, a AGAPAN sobressaiu-se no combate aos agrotóxicos. Essa luta foi muito influenciada pela trajetória pessoal de seu primeiro presidente, José Lutzenberger, um engenheiro agrônomo que havia trabalhado na multinacional agroquímica BASF, de 1957 a 1970. Lutzenberger conheceu os meandros da indústria química, o que garantia legitimidade a seu discurso anti agrotóxicos. Manifestou-se inúmeras vezes em palestras e eventos, alertando que esses produtos matavam, além das ‘pragas’, animais como perdizes, tico-ticos, sabiás, sapos e pererecas. Além disso, os agrotóxicos destruíam a vida do solo, as plantas nativas e envenenavam os cursos d’água.

Ainda durante a década de 1970, a AGAPAN se envolveu na campanha contra a Celulose Borregaard (1973-74) e engajou-se na Operação Hermenegildo (1978). A Borregaard foi uma indústria de processamento de celulose norueguesa que se instalou no município de Guaíba, às margens do lago de mesmo nome, e começou a funcionar em 16 de março de 1972. Foi um dos grandes projetos do período no Estado, incentivado pela ditadura militar, que não teve precauções ambientais. De sua chaminé, exalava um mau cheiro que alcançava Porto Alegre e região metropolitana.

Por conta desse desconforto que atingia milhares de pessoas, foi articulada uma grande campanha contra a Borregaard, que reuniu técnicos do governo, ativistas ambientais, entidades profissionais, imprensa e políticos. (PEREIRA, 2014). Com todo o clamor popular que sua poluição gerou, a empresa foi fechada em dezembro de 1973. Em 1974, foi reaberta e fechada mais uma vez, depois de comprometer-se a investir US\$ 3,5 milhões de dólares em equipamentos para voltar a funcionar. Após as investigações da CPI, os noruegueses desistiram do negócio, ficando o controle acionário (51%) nas mãos do Montepio da Família Militar (MFM), o que permitiu a nacionalização da empresa, pois 44% já correspondiam ao dinheiro injetado pelo BNDES no projeto. (BONNES, HASSE, 2002, p. 30). Depois disso, a empresa melhorou seus controles antipoluição e passou por diferentes proprietários e denominações.

A Operação Hermenegildo foi uma campanha da AGAPAN em conjunto com outra associação ambientalista, a *Associação Democrática Feminina Gaúcha* (ADFG). Em 1972, a ADFG (fundada em Porto Alegre, em 1964), assumiu a questão ecológica como uma de suas ‘bandeiras’, após algumas das integrantes assistirem à palestra “Os quatro princípios básicos da ecologia”, proferida por José Lutzenberger. Em especial, as líderes da entidade, Magda Renner e Giselda Castro, ficaram impactadas pelo ponto de vista ecológico. A ADFG e a AGAPAN organizaram a ‘Operação Hermenegildo’, com a finalidade de chamar a atenção da sociedade gaúcha para a mortandade de peixes e animais na Praia do Hermenegildo, em abril de 1978, no litoral do Rio Grande do Sul. O governo do estado alegou que a causa das mortes era a ‘Maré Vermelha’, um

fenômeno natural. Os ambientalistas rejeitaram a explicação, convencidos de que a causa do desastre era o naufrágio do navio Taquari, que levava carga química altamente perigosa da multinacional Dow Chemical. A campanha promovida pelos ambientalistas não conseguiu confirmar sua hipótese, tampouco a versão do governo do Estado foi aceita de forma definitiva. Embora não tenha sido uma empreitada malsucedida, a Operação Hermenegildo não conseguiu fazer prevalecer a sua versão do motivo causador do desastre ecológico. (PEREIRA, 2009).

ENTIDADES NO VALE DO RIO DOS SINOS-RS⁴⁰: UPAN E MOVIMENTO ROESSLER

Após três meses do surgimento da AGAPAN em Porto Alegre, em julho de 1971, foi criado em São Leopoldo um ‘Núcleo Leopoldense’, a AGAPAN-NL. Seu primeiro presidente foi o biólogo Renato Petry Leal e alguns de seus membros eram ex-sócios da União Protetora da Natureza, a entidade de Roessler. Entre as principais lutas da nova associação, destacaram-se a mobilização contra o aterramento do Banhado São Miguel, a preservação do Matinho Padre Réus, a luta pela arborização de São Leopoldo, o combate à prática dos aterros sanitários em áreas de banhado e a reação frente à gravidade da poluição do rio dos Sinos. (RÜCKERT, 2007, p. 21).

No ano de 1986, a AGAPAN-NL mudou seu nome para *União Protetora do Ambiente Natural* (UPAN), numa clara alusão à UPN de Roessler, para homenageá-lo. Conforme Márcio Link (2008, p. 105), um dos sócios fundadores da entidade, “[...] a troca do nome atendia a uma necessidade que os militantes de ambas as entidades sentiram em função da confusão causada pelo nome em comum”. Além da troca de nome, nos anos 1980 ocorreram várias mudanças na UPAN, como, “reformulação do estatuto, busca por apoio financeiro internacional e remuneração de alguns militantes.” (RÜCKERT, 2007, p. 16).

O *Movimento Roessler* foi fundado na cidade de Novo Hamburgo, em 1978, influenciado pela repercussão da Operação Hermenegildo. Essa campanha foi tão importante, que pessoas interessadas pela temática da ecologia resolveram fundar essa entidade. A ideia inicial do *Movimento Roessler* surgiu da inquietação de um grupo de alunos da escola Fundação Evangélica e seu professor de Ecologia, Kurt Schmeling, que fizeram circular um abaixo assinado exigindo que o governo estadual esclarecesse o agente causador da mortandade de animais na praia de Hermenegildo. (RÜCKERT, 2007, p. 15). Roessler era figura muito conhecida na região do Vale do Rio dos Sinos e a escolha do nome da entidade foi uma maneira de homenagear seu trabalho proteção à natureza. (PEREIRA, 2013).

40 O Vale do Rio dos Sinos engloba diversos municípios da região metropolitana de Porto Alegre-RS.

ANOS 1970: MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO PARANÁ E SANTA CATARINA:

No Paraná, a primeira organização ambientalista foi a *Associação de Defesa e Educação Ambiental* (ADEA), criada em dezembro de 1974, em Curitiba. Um de seus principais fundadores, João José Bigarella (1923-), geólogo e professor da Universidade Federal do Paraná, presidiu a entidade de 1974 a 1994.

Entre as principais ações promovidas pela ADEA, destacaram-se a criação a Estação Ecológica da Ilha do Mel, a constituição do Parque Estadual do Pico do Marumbi na Serra do Mar e a organização do Parque Estadual de Vila Velha. Nos arredores de Curitiba, a entidade trabalhou pela implantação da Reserva Ecológica do Cambuí, onde instituiu o Museu de Ciências Naturais e o Instituto de Educação Ecológica para conscientização dos jovens sobre a importância da preservação e conservação da natureza. (ADEA, *online*).

Também no Paraná, foi criada em 1978, na cidade de Londrina, a *Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente* (APPEMMA), sob a coordenação do engenheiro agrônomo Marcos Antonio Silveira Castanheira. Segundo Arruda, Silva e Biasetto (2011, p. 59), a atividade dessa associação esteve ligada à poluição das águas em Londrina, com

[...] denúncias e protestos sobre a poluição de um lago artificial da cidade, constituído nos anos de 1950, que havia se tornado cartão-postal da cidade: o Lago Igapó. Envolve-se também nas discussões sobre o Projeto Tibagi, especialmente denunciando a poluição das águas do rio Tibagi, contaminada, segundo Marco Castanheira, por organoclorados oriundos da lavoura altamente tecnificada que estava se expandindo na bacia desde o início dos anos de 1970.

A atuação da APPEMMA, com apoio da imprensa e outros sindicatos e associações, para Arruda, conseguiu criar “uma paisagem do medo, que se revelou no medo de beber a água do rio Tibagi.” (ARRUDA, SILVA, BIASETTO, 2011, p. 59). A associação liderou uma campanha que mobilizou parte da população, sindicalistas, ambientalistas e autoridades, pressionando contra o projeto de captação das águas do rio Tibagi. Toda essa atuação levou, na segunda metade dos anos 1980, à proposta de vários programas de ‘recuperação’ do rio e na criação do COPATI – Consórcio Intermunicipal da Bacia do rio Tibagi em 1987.

A mais antiga entidade do estado de Santa Catarina é a *Associação Catarinense de Preservação da Natureza* (ACAPRENA), fundada no ano de 1973, em Blumenau, por iniciativa de um grupo de estudantes do Curso de Ciências Biológicas da FURB. Segundo Juliana Santos (2008, p. 47), a AGAPAN

do Rio Grande do Sul e a ADEFLORA, de São Paulo, foram os modelos para essa primeira associação ambiental catarinense.

Na página da ACAPRENA (*online*), constam entre suas grandes conquistas a criação da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA) e da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), ambas de âmbito estadual, em 1975, pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis. Também por sua atuação foi criada a Assessoria Especial do Meio Ambiente (AEMA) na Prefeitura Municipal de Blumenau, em 1977. Desde sua fundação, a ACAPRENA tem realizado trabalhos de educação ambiental e tem participado ativamente das grandes discussões de cunho ambiental até os dias atuais.

No sul do Estado, a primeira entidade foi a *Sócios da Natureza*, ainda atuante, fundada em 1980 no município de Araranguá, idealizada pelo professor de biologia João Alberto da Silva. Preocupado com as questões ambientais de sua região, o professor foi motivado especialmente pela poluição do Rio Araranguá pela mineração do carvão, tema que trabalhava com seus alunos do Ensino Médio. (SANTOS, 2008, p. 50-51). De forma semelhante ao *Movimento Roessler*, de Novo Hamburgo-RS, a *Sócios da Natureza* nasceu dentro de uma escola, por meio do interesse despertado pelas aulas do professor de biologia em seus alunos, que foram os primeiros 'sócios' da entidade.

Entre as entidades que não mais atuam hoje, é importante citar o *Movimento Ecológico Livre* (MEL), fundada em Florianópolis em 1983, considerada a primeira entidade ambientalista da capital de Santa Catarina. Além das questões ecológicas, entraram na pauta do grupo as bandeiras do racismo, do feminismo e do pacifismo. O auge das atividades do MEL ocorreu na segunda metade da década de 1980, período em que o Brasil passava pelo processo de redemocratização. Os mais visíveis resultados da atuação dessa entidade foram a desativação do aterro sanitário do Itacorubi e a criação do Parque Municipal da Galheta. (SANTOS. 2008, p. 48).

ANOS 1980: O BOOM DA ECOLOGIA

Ainda nos anos 1970, é importante mencionar, toda a visibilidade que a questão ambiental ganhou surtiu um primeiro resultado: a criação de uma Secretaria Nacional do Meio Ambiente - a SEMA - em 1973, para discutir a temática, instigar a conscientização das pessoas e para combater a poluição. Paulo Nogueira Neto foi o primeiro Secretário nacional do meio ambiente, com *status* de ministro. Ele também foi o único brasileiro a compor a Comissão Brundtland, das Nações Unidas (1983-86), grupo responsável por cunhar a expressão desenvolvimento sustentável no relatório *Nosso futuro comum*, publicado no formato de livro em 1987.

No início dos anos 1980, diversas associações de diferentes estados mobilizaram-se contra a iminente destruição do Salto Sete Quedas, localizado no município de Guaíra, no Paraná, divisa do Brasil com o Paraguai, com a inundação necessária para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Em julho de 1982, cerca de 3.000 pessoas participaram de um *quarup* (ritual indígena) em protesto contra a construção da hidrelétrica. Mas os protestos não resultaram na reversão dos planos e o Salto foi sepultado sob as águas, em outubro do mesmo ano, quando as comportas de Itaipu foram fechadas para a formação do lago. Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 152), “Itaipu era uma das obras magnas do plano desenvolvimentista levado a cabo pelos governos militares. Ao contestá-la, os ativistas ambientalistas contestavam, em decorrência, o próprio regime autoritário.” Também aconteceram, nessa década, em todo o país, movimentos contra a construção de usinas nucleares (1977- 1985) e a luta pela aprovação de leis para disciplinar - e em alguns casos proibir - o uso de agrotóxicos (1982-1985).

O Brasil adentrava um novo contexto: a abertura política, rumo à redemocratização. O episódio da construção de Itaipu, imposto pelo governo militar, mesmo contra o clamor nacional pela manutenção das belíssimas cachoeiras de Sete Quedas, revelava a forma como as questões ambientais eram tratadas pelo regime ditatorial, a exemplo do que vimos acima, da implantação da Celulose Borregaard, imposta à população porto-alegrense, que sofreu muito com a poluição provocada pela fábrica. Além disso, os megaprojetos de construção de rodovias, instalação de indústrias e colonização da Amazônia, nos anos 1970, também podem ser analisados nessa perspectiva. Todos foram exemplos do autoritarismo com que eram tratadas as questões ambientais durante a ditadura militar brasileira.

No decorrer da década de 1980, nesse contexto de volta à democracia no país, a temática ambiental conseguiu penetrar nos mais diferentes setores da sociedade. Além do *boom* de entidades que surgiram na época, o Estado começou a se apropriar do assunto e responder às reivindicações dos ambientalistas. Isso foi fruto da estratégia adotada por parte dos ativistas, especialmente do Sul do país, o *lobby* junto a políticos, não importando o partido. No posfácio do livro *Rumo ao paraíso*, o ambientalista carioca Alfredo Sirkis explica como essa estratégia funciona:

É o pragmatismo e o não alinhamento político-ideológico com capacidade de influir sobre quem venha a estar no poder (...). O lobby depende da capacidade de influenciar a quem quer que disponha de poder. Os avanços e as conquistas ambientais obtidas nos dois últimos governos por decreto presidencial e portarias de órgãos do executivo atestam que a estratégia ‘lobbista’ é capaz de alcançar resultados. (SIRKIS, 1992, p. 218-19).

Outro grupo, do centro do país, usou uma estratégia diferente, nos anos 1980: a da mobilização e organização popular. Era uma geração mais jovens de ambientalistas, muitos deles ex-exilados políticos, como Fernando Gabeira, Carlos Minc, Lizt Vieira e o próprio Alfredo Sirkis, que, na Europa, entraram em contato com a perspectiva da ecologia política e, ao voltar, resolveram criar um Partido Verde no Brasil.

O Partido Verde (PV) foi criado em 1986, no Rio de Janeiro, e sua primeira experiência política foi a campanha de Fernando Gabeira para governador do Rio de Janeiro, que logrou obter quase 8% dos votos nas eleições finais. Ambientalistas também concorreram a cargos de vereador, deputado estadual e federal e foram eleitos por outros partidos, durante a década. Além da participação de cunho político-partidário, com a criação dos conselhos federal, estaduais e municipais do meio ambiente, a discussão das demandas ambientalistas passou a se dar nesses novos espaços, regulados pelo poder público. Eram novos locais e formas de atuar, diferentes dos anos 1970. O movimento ambientalista, com o retorno das manifestações e atividades políticas em geral, acompanhou a tendência e também ingressou na arena política do país com grande intensidade.

ANOS 1990

Dois acontecimentos, em 1988, iriam repercutir nos anos 1990: a assembleia constituinte e a morte do seringueiro Chico Mendes. A Constituição Federal, promulgada durante o governo de José Sarney, em 5 de outubro de 1988, trouxe um capítulo sobre meio ambiente (onde consta o Artigo 225). Além de tratar o tema de forma específica e sistemática, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras o assunto foi abordado.

O texto do artigo 225 é fundamental, norteador da condução da temática ambiental no país, ao afirmar: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988, *online*). A Constituição, além de destacar a proteção do meio ambiente, definiu as competências dos entes federativos, incorporando ao seu texto diferentes artigos que disciplinam a competência para legislar e para administrar. Essa iniciativa objetivou promover a descentralização da proteção ambiental. De acordo com o texto da Carta, União, Estados, Municípios e Distrito Federal têm ampla competência para legislar sobre o assunto ambiental.

Também em 1988, em 22 de dezembro, um fato que destacou o tema do meio ambiente no Brasil foi a morte do seringueiro e líder sindicalista

acreano Chico Mendes, atingido por uma bala no peito em sua própria casa, em Xapuri-AC. Mendes fora o único brasileiro a receber o prêmio Global 500, concedido pelas Nações Unidas a personalidades que se destacaram na defesa do ambiente, em 1987. Ao liderar a resistência à transformação de seringais em fazendas de gado e à expulsão de seringueiros e indígenas dessas áreas, sua luta ganhou um caráter ambientalista. Após seu assassinato, Mendes tornou-se uma espécie de mártir da luta contra a devastação da Amazônia. A repercussão da morte do seringueiro foi tamanha (gerou notícias e editoriais em diversos jornais do mundo, inclusive no *The New York Times*), que levou o Brasil a sediar a Eco-92, a segunda grande conferência internacional da ONU sobre meio ambiente, no Rio de Janeiro, em junho de 1992, exatamente 20 anos após Estocolmo.

A Eco-92, também chamada de Rio-92, foi um marco nas discussões sobre o tema no Brasil e no mundo. Segundo Leandro Oliveira (2012), a Conferência do Rio de Janeiro reuniu delegações de 178 países e trouxe para a cidade 114 Chefes de Estado ou de Governo. O autor afirma que o evento se dividiu em dois fóruns de discussão:

Enquanto no Riocentro ocorreu a Cúpula da Terra, e a reunião das delegações oficiais dos países participantes onde as decisões diplomáticas e os acordos internacionais foram constituídos, no Aterro do Flamengo aconteceu o Fórum Global, envolvendo as ONGs e movimentos sociais, com a participação de diversos interessados em debater esta temática. A Cúpula da Terra se sobrepôs ao Fórum ao criar a falsa impressão de um diálogo ativo entre ambas em torno do desenvolvimento sustentável, quando na verdade apenas a primeira possuiu caráter deliberativo. Ideologicamente, o Fórum Global foi tratado como um evento festivo onde ocorreu a celebração definitiva do desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2012, p. 3).

Na Cúpula da Terra, chefes de Estado do Sul e do Norte defendiam pontos de vista opostos. O Sul relutava em abdicar do desenvolvimento econômico em prol da preservação do ambiente. O Norte, já desenvolvido, não concordava em contribuir com uma parcela muito maior para constituir um 'Fundo Verde' global. Com a mediação da diplomacia brasileira, o conceito de desenvolvimento sustentável se apresentou como consenso a ser seguido por todos os países.

O Fórum de ONGs contou com a participação de Organizações Não-Governamentais convocadas oficialmente pela ONU. As discussões, marcadas pela diversidade de vozes e propostas, no entanto não repercutiram no evento oficial, no Riocentro. O sociólogo Maurício Waldman (1992) salienta que, apesar das clivagens entre as duas conferências, ambas estavam voltadas para a análise e avaliação do binômio Ecologia e Desenvolvimento. A Eco-92

converteu-se em locus privilegiado para o estabelecimento de um consenso em torno da ideia de desenvolvimento sustentável. Como um dos principais resultados da conferência, redigiu-se a 'Agenda 21', documento que contém um programa de ação para os países colocarem em prática para alcançar o objetivo do desenvolvimento sustentável⁴¹.

CONEXÕES: QUESTÕES AFRO-AMBIENTALISTAS⁴²

As relações entre a temática ambiental e as populações negras no Brasil são profundas. Além do vínculo entre devastação ambiental e escravidão, pesquisada por Pádua (2002), existem pontos de contato nas religiões de origem africana, na posse de terras de quilombolas e na vida dos negros nas cidades.

No candomblé e na umbanda, os elementos da natureza, como a terra, o mar, os rios, as montanhas, a chuva, o trovão, as folhas e os frutos são considerados divindades da natureza. Os orixás, cultuados por essas religiões, são seres oriundos das quatro forças da natureza: Terra, Fogo, Água e Ar. São divindades (ori: cabeça e xá: força) intermediárias entre o Deus Supremo (Olorum) e o mundo terrestre, encarregados de administrar a criação; comunicam-se com os homens por meio de rituais complexos. (RODRIGUES, 2011, p. 12). Portanto, essas religiões estão embasadas no respeito à natureza, considerada manifestação de suas divindades.

Um ponto importante de contato entre os movimentos negros e a agenda ambientalista é a questão das terras remanescentes de quilombolas. A regularização dessas áreas articula diferentes esferas: a problemática étnico-racial, a questão agrária (um problema crônico em nosso país), a saúde e educação da população dessas áreas e a proteção ambiental, pois “[...] não se trata somente de garantir a regularização da posse da terra como também de favorecer a melhoria da qualidade de vida daquelas populações, dentro da perspectiva do desenvolvimento adequando à preservação dos seus recursos naturais.” (PAIXÃO, 2004, p. 163)⁴³. No Paraná, existem 36 comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos, entre as 90 mapeadas no estado. (GOMES Jr., SILVA, COSTA, 2008, p. 14).

Outra questão a enfatizar são as condições vivenciadas pelas populações negras nas cidades. As diferenças étnicas e sociais geram situações de gritante injustiça ambiental: as deficiências nas áreas de saneamento básico e coleta de

41 A Agenda 21 está disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em 21/05/2015.

42 Já abordamos as relações entre feminismo e meio ambiente, o Ecofeminismo, no primeiro capítulo deste livro.

43 Essa problemática afeta também a regularização das terras indígenas e reservas extrativistas.

lixo são muito maiores nos lares negros, bem como os índices de mortalidade infantil e de crianças de até cinco anos. (PAIXÃO, 2004, p. 166-67).

Esses pontos de contato mostram que existe uma forte relação entre as demandas ambientalistas e as mazelas que afetam as populações negras no Brasil. Essa temática vem sendo tratada pelos movimentos de justiça ambiental, que combatem, desde os anos 1980, o chamado 'racismo ambiental' contra os negros e negras brasileiras.

MOVIMENTO AMBIENTALISTA ATUAL

Para Pedro Jacobi (2003), as ONGs ambientalistas exercem um papel indutivo em diversas iniciativas de formulação e elaboração de Agendas 21 regionais com efetiva participação das comunidades locais. Em alguns setores ocorre a incorporação de múltiplos atores, como é o caso das experiências de participação na gestão de preservação da biodiversidade e de denúncia ou pressão social em jornais, sites na internet e boletins informativos.

A maior parte das entidades tem atuado em redes, como forma de agregar recursos para alcançar maior êxito na pressão pelas causas ambientais e, assim, ter mais chance de sucesso. Entre outras, Jacobi cita a *Rede de ONGs da Mata Atlântica*⁴⁴, a *Coalizão Rios Vivos* (ECOIA)⁴⁵, o *Grupo de Trabalho Amazônico* (GTA)⁴⁶ e a *AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa*⁴⁷. Também podemos lembrar da *Rede de Desenvolvimento Humano* (REDEH)⁴⁸, *Rede Brasileira de Justiça Ambiental*⁴⁹ e *Articulação no Semiárido Brasileiro* (ASA).

Em 2008, numa entrevista ao jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, o ex-presidente da AGAPAN Flávio Lewgoy declarou que a principal forma de atuação das ONGs ambientalistas tem sido formular intervenções junto ao Ministério Público, assim como chamar a atenção e denunciar crimes ambientais. Segundo ele, a função do ambientalismo

[...] agora é apagar incêndios. Hoje, na verdade, não há mais um movimento, são entidades que partilham de uma ideologia comum, com interpretações individuais. Aquela fase dos anos 70, 80 passou. A nossa vitória, em parte, foi a nossa derrota [...]. Não precisamos mais brigar para fazer lei, está tudo regulamentado, até na Constituição.

44 Website: <<http://rma.org.br/>>. Acesso em 10/06/2015.

45 Website: <<http://www.riosvivos.org.br/Canal/Coalizao+Rios+Vivos/4>>. Acesso em 10/06/2015.

46 Website: <<http://www.gta.org.br/>>. Acesso em 10/06/2015.

47 Website: <<http://aspta.org.br/>>. Acesso em 10/06/2015.

48 Website: <<http://www.redeh.org.br/>>. Acesso em 10/06/2015.

49 Blog: <<https://redejusticaambiental.wordpress.com/>>. Acesso em 10/06/2015.

Não é que tenhamos mudado, as circunstâncias mudaram (ZERO HORA, 12/04/2008).

É interessante destacar a influência do contexto na percepção de Lewgoy. No século XXI, as leis e os órgãos de proteção ambiental pelos quais os ambientalistas tanto lutaram, nos anos 1970 e 1980, estão vigentes. Porém, não são suficientes para coibir a devastação. Outro aspecto do problema é que algumas dessas conquistas podem não ser tão seguras como se pensava. Um exemplo foi a mudança no Código Florestal, aprovada pelo Congresso Nacional, em 2012. As alterações no texto, com o pretexto de torná-lo mais moderno, foram consideradas por muitos ambientalistas um retrocesso⁵⁰ (IHU *online*, 29/05/2012).

Por outro lado, o século XXI trouxe uma série de inovações tecnológicas que tornaram possível outra forma de atuação, virtual. Pessoas engajadas passaram a utilizar a *internet*, por meio de *e-mails*, *sites*, *blogs* e principalmente redes sociais para “conferir maior publicidade e dinamicidade aos desastres e também aos movimentos que atuam precipuamente para a proteção meio ambiente.” (RODEGHERI, OLIVEIRA, 2013, p. 15). Exemplo importante de *cyber* ativismo foi a campanha ‘Veta Dilma’, em 2012, para que a presidenta Dilma Rousseff vetasse o projeto do novo Código Florestal. Houve grande adesão a essa campanha nas redes sociais, principalmente *Twitter* e *Facebook*.

CONCLUINDO: A BUSCA DA CIDADANIA AMBIENTAL

Como abordamos, a trajetória das preocupações humanas com a natureza é longa. Ela começou a manifestar-se na defesa dos animais e, em seguida, expandiu-se para todos os elementos naturais. No Brasil, assim como em muitos países europeus e nos Estados Unidos, essa preocupação remonta ao século XIX. Inicialmente, formulada como uma incipiente crítica ambiental, ela vai tomando a forma de um discurso que encarava a natureza como maior patrimônio nacional, formador da identidade brasileira, e por isso sua proteção deveria ser prioridade.


Mas foi na segunda metade do século XX que os movimentos ambientalistas despontaram no mundo todo, com a percepção de que havia uma crise de proporções planetárias, causada pela intervenção humana na natureza. O movimento ambientalista, enquanto agente portador de novas reivindicações, compromete-se com a construção de uma cidadania ambiental,

⁵⁰ Os pontos mais polêmicos foram a possibilidade de fazer uma recomposição menor de Áreas de Preservação Permanente (APPs) para trechos desmatados até julho de 2008 [anistia ao desmatamento]; a possibilidade de fazer recomposição de APPs com espécies exóticas; a diminuição do tamanho da mata ciliar a ser recomposta na margem dos rios, entre outros.

que é a garantia do direito coletivo a um ambiente saudável. Ao mesmo tempo, suas ações têm cunho educativo, para conscientizar a todos e todas de sua reponsabilidade para com a saúde desse ambiente.

Os movimentos ambientalistas conseguiram vitórias importantes, como a criação de órgãos ambientais, a publicação de uma série de leis protecionistas e a inclusão do tema na Constituição Federal de 1988. No entanto, nem sempre o poder público soube reconhecer a importância de suas reivindicações, como vimos nos exemplos da destruição de Sete Quedas e das mudanças no Código Florestal.

O ambientalismo, ao questionar o modo de vida consumista e propor uma nova ética humana em relação à Terra, traz uma problemática importantíssima nos dias atuais. A temática ambiental, como um todo, pela centralidade que vem ocupando na vida humana, precisa fazer parte das aulas de história. A cidadania ambiental deve ser trabalhada na escola, ao lado da consciência sobre os demais direitos e deveres de cada um. Ela é um elemento chave para a reflexão e para a ação em prol da sobrevivência tanto da nossa espécie como de todas as demais que partilham o planeta conosco.



CONSIDERAÇÕES FINAIS: MOVIMENTOS SOCIAIS E A CIDADANIA EM EXERCÍCIO NO BRASIL

Movimentos sociais dizem respeito à ação dos homens e das mulheres na história. No Brasil, essa história é rica e longa, como vimos. Por aqui, o Estado sempre se mostrou ineficiente e vagaroso no atendimento das necessidades dos segmentos sociais não dominantes. Isso fez com que os movimentos sociais assumissem relevância ímpar. Suas ações, ao longo do tempo, foram responsáveis por lutas significativas para a construção da cidadania no país. Essa cidadania foi fruto de combates ferrenhos que resultaram na conquista de direitos essenciais para as populações.

Neste livro, optamos por concentrar o foco em três movimentos com atuação importantíssima para a vida dos brasileiros e brasileiras. Talvez eles tenham mobilizado a maior variedade de membros e simpatizantes, pois lutam por direitos cruciais que envolvem toda a população brasileira. Em algum momento de suas existências, as pessoas sofreram, participaram, ou pelo menos ouviram falar de racismo, preconceito, injustiça e desprezo, em relação às mulheres, aos negros e negras e ao meio ambiente.

Ao fim da nossa ‘viagem’ pelos movimentos sociais aqui abordados, talvez a imagem mais forte que nos vem à mente, como síntese, seja seu caráter complexo e multifacetado. De fato, eles têm uma história de mais de dois séculos de lutas pregressas, apresentando diversidade expressiva de dinâmicas, de acordo com o contexto circundante.

Alternando entre momentos de destaque e de refluxo, as lutas das mulheres, dos negros e pela proteção ambiental tem pautado a construção da cidadania no Brasil. Desde o início do século XIX, as mulheres não se contentam mais em ser apenas a ‘rainha do lar’, os negros querem ser livres e há crítica da devastação ambiental no país. No entanto, é preciso deixar claro que as manifestações, naquela época, não possuíam uma plataforma político-ideológica bem delineada, ao contrário do que apresentaram os movimentos organizados nos anos 1970. Em seus primórdios, os **movimentos** tinham caráter pouco **organizado**, o que facilitava seu desmantelamento pelas elites, como foi o caso da inconfidência Baiana.

No final do século XIX, início do XX, podemos perceber um aumento **expressivo** na criação de entidades associativas e de jornais dedicados aos negros e mulheres. Aconteceram conquistas fundamentais, como a Abolição, em 1888, e o voto feminino, em 1932, marcos para a emancipação sócio-política desses grupos. No começo do século XX, surgiu uma reflexão brasileira mais consistente sobre a problemática ambiental, bem como a aprovação de leis preservacionistas e a criação das primeiras organizações de proteção dos animais e das árvores. Houve um momento de recesso, durante a ditadura do Estado Novo (1937-45), que abalou as lutas coletivas, mas elas não cessaram completamente.

Com uma bagagem importante anterior, nos anos 1970, os movimentos sociais emergiram a partir de paradigmas teóricos e político-ideológicos claramente definidos. Em meio ao contexto de ditadura militar no Brasil, esses movimentos tornaram-se espaços de resistência e participação social primordiais. Enquanto no exterior a situação era de efervescência cultural e ebulição de inúmeros protestos, o Brasil se fechou em um regime repressor, que usava o arroxo salarial, a censura, a violência, o mito da democracia racial e o ufanismo nacionalista como instrumentos para sufocar as manifestações populares.

No entanto, os movimentos sociais encontraram brechas para atuar. Especialmente o movimento ambientalista é emblemático nesse sentido. Por não ter enfrentado os militares, pelo menos em seu início, conseguiu catalisar um volume de lutas importante, em plena vigência do Ato Institucional nº 5. Mas as entidades, no final dos anos 1970, passaram a criticar o regime, responsável por atos que provocaram imensa devastação na Amazônia.

O movimento feminista ressurgiu em 1975, no Ano Internacional da Mulher, e o movimento negro, em 1978, com o *Movimento Negro Unificado*, de forma muito mais organizada política e ideologicamente. Do ponto de vista político, as entidades feministas se destacaram na luta contra a ditadura e pela anistia. Os movimentos negros optaram pelo alinhamento à esquerda, entendendo que o embate contra o racismo fazia parte da luta maior contra o sistema capitalista.

Com a redemocratização, a atividade dos movimentos sociais ganhou relevância como *locus* de participação social aberto para que a sociedade civil discutisse suas demandas e lutasse por elas. Como esperamos ter deixado claro, esse foi o espaço de construção de cidadania privilegiado na história do Brasil. Grande parte dos direitos fundamentais garantidos hoje são fruto de suas lutas, ou seja, foram conquistados pelas ações desses grupos.

A emergência dos movimentos sociais forçou o Estado a negociar e integrar as demandas sociais em suas políticas, com maior ou menor intensidade, nos diferentes períodos históricos. A pressão desses movimentos, ainda mais quando articulados, tem provado que é capaz de produzir mudanças importantes.

Para finalizar, ao abordarmos as lutas sociais com o enfoque da cidadania, é importante considerar o papel relevante da disciplina e do professor de História. Os desafios colocados com a globalização, os avanços tecnológicos e a crise ambiental planetária recentes exigem um ensino de história de caráter crítico, capaz de provocar o questionamento da realidade nos estudantes. O conhecimento da história dos movimentos sociais em nosso país é uma ferramenta essencial para isso.

É preciso ir além da democracia representativa e alcançar o passo seguinte: uma democracia participativa, centrada no exercício ativo da cidadania. Nesse sentido, o ensino de história não pode se furtar de sua contribuição primordial: a formação de sujeitos históricos, cidadãos críticos, capazes de transformar seu presente e seu futuro.

REFERÊNCIAS

ACAPRENA. Histórico. Disponível em: <http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=1>. Acesso em 17/05/2015.

ADEA. Quem somos. Disponível em: <<http://www.adeanewsletter.com/o-que-e/>>. Acesso em 16/05/2015.

AGUIAR, Márcio Mucedula. *A especificidade da ação afirmativa no Brasil: a experiência do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba-MG*. Tese (Doutorado). PPG em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2005.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Debora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 151-167, nov. 2007.

AMADO, Lúcia Fátima L. C. Da opressão à resistência. IN: RASSI, MOLINA, AMADO (Org.). *O Brasil também é negro*. Goiânia: PUC Goiás, 2004.

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 61-84, 2011.

ALONSO, Angela. O triângulo negro da abolição. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 49, n. 292, p. 38-42, mai. 2012.

ARRUDA, Gilmar. SILVA, Aparecida Leite da. BIASETTO, Eliane Aparecida. Paisagens do medo: a expansão do ideário ecologista na cidade de Londrina-PR. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon-PR, v. 12, n. 25, p. 49-62, 2º Semestre 2011.

BANDEIRA, Lourdes, MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e memórias do feminismo no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

BONES, Elmar, HASSE, Geraldo. *Pioneiros da Ecologia: Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BRASIL. Constituição Federal. Promulgada em 05/11/1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 20/05/2015.

BRASIL. Decreto 21.076. Código Eleitoral. Publicado em 24/02/1932. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>>. Acesso em 10/05/2015.

BRASIL. Decreto-Lei 23.672. Aprova o Código de Caça e Pesca. Publicado em 02/01/1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20/05/2015.

BRASIL. Decreto-Lei 23.793. Aprova o Código Florestal. Publicado em 23/01/1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em 20/05/2015.

BRASIL. Decreto-Lei 24.643. Aprova o Código de Águas. Publicado em 10/07/1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em 20/05/2015.

BRASIL. Decreto-Lei 25. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Publicado em 20/11/1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em 20/05/2015.

BRASIL. Lei 1.390. Lei Afonso Arinos: Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Publicada em: 03/07/1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1390.htm>. Acesso em 15/05/2015.

BRASIL. Lei 7.716. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Publicada em: 05/01/1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em 15/05/2015.

BRASIL. **Lei 10639**. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Publicada em: 09/01/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 15/05/2015.

BRASIL. Lei 12.288. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Publicada em: 20/07/2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 15/05/2015.

BRASIL. Lei 12.711. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (aprova cotas para negros). Publicada em: 29/08/2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 15/05/2015.

BRASIL 247. Janine: Cotas serão necessárias enquanto houver racismo. Publicado em 04 maio 2015. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/179454/Janine-Cotas-ser%C3%A3o-necess%C3%A1rias-enquanto-houver-racismo.htm>>. Acesso em 05/05/2015.

BUBLITZ, Juliana. *Entre tradição e modernidade: Dilema do desenvolvimento no Brasil*. Dissertação (Mestrado). PPG em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, 2006.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARTA CAPITAL. Quem tem medo do feminismo negro? Publicado em 24/03/2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/quem-tem-medo-do-feminismo-negro-1920.html>>. Acesso em 11/05/2015.

CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, p. 68-84, jul. out. 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Ana Alice A., SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: Uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice A., SARDENBERG, Cecília Maria B (Orgs). *O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CRUZ, Leonardo Borges da. *Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de luta do movimento negro atual*. Dissertação (Mestrado). PPG em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2006.

CRUZ, Leonardo Borges da. Movimento Negro em Movimento. *Revista Plurais*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 61-75, jan./abr. 2010.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, UFF, n. 23, 2007.

DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

DUARTE, Constância. Feminismo e literatura no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/USP (vol. I), 1965.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1: 312, p. 11-34, janeiro-abril/2015.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FRANCO, José Luiz de Andrade. *Proteção à natureza e identidade nacional: 1930-1940*. Tese (Doutorado). PPG em História, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na Primeira República brasileira. *Textos de História*, Brasília, v. 12, n. 1 e 2, p. 145-165, 2004.

_____. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009a.

_____. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009b.

- _____. A proteção da natureza: a FBCN e as iniciativas de conservação no Brasil, 1958-1992. *HALAC*, Belo Horizonte, v. II, n. 2, p. 338-367, mar./ago. 2013.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. *SER Social*, Brasília, v.15, n. 33, p. 261-384, jul. / dez. 2013.
- GOMES, Arilson dos Santos. A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958). *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 14, p. 96-124, jan./jun. 2009 (a).
- _____. Primeiro Congresso Nacional do Negro e a sua importância para a integração social dos negros brasileiros e a ascensão material da Sociedade Floresta Aurora. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, ano I – n. I – p. 1-18, julho de 2009 (b).
- GOMES, Flavio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.
- _____. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2014.
- GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Org.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.
- GOMES Jr., Jackson; SILVA, Geraldo Luiz da; COSTA, Paulo Afonso Bracarense (Org.). *Paraná negro. Fotografia e pesquisa histórica*. Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.
- GOSS, K. P., PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jul. 2004.
- GROSSI, Miriam Pillar. A revista Estudos Feministas faz dez anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (N.E.): p. 211-221, set./dez. 2004.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945/1988)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

HISTORIANET. Conjuração Baiana. Portal da internet. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=257>>. Acesso em 25/04/2015.

IHU UNISINOS. Novo código é retrocesso, dizem ambientalistas. Publicado em 29/05/2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/509968-novo-codigo-e-retrocesso-dizem-ambientalistas>>. Acesso em 26/04/2015.

IHU UNISINOS. Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas. Publicado em 19/11/2014. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/537524-descrita-como-heroina-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas>>. Acesso em 11/05/2015.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) *Patrimônio ambiental*. São Paulo: EDUSP, 2003.

KARAWEJCZYK, Monica. Nísia Floresta e a questão da emancipação feminina pelo viés educacional. *MÉTIS: história & cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, p. 113-126, jul./dez. 2010.

_____. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932)*. Tese (Doutorado). PPG em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2013.

KLANOVICZ, Luciana. Luta pela cidadania das mulheres. In: WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (Org.). *Marcas e discursos de gênero: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

LACLAU, Ernest. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 2, out. 1986.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social? *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 23-31, jan/jun. 2011.

LESSA, Patrícia. O feminismo-lesbianismo em Monique Wittig. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 7, p. 93-100, dez. 2007.

LINK, Márcio. *Para além do ambientalismo: uma história em duas décadas*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

LONER, Beatriz. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Org.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MANIFESTO da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Biblioteca do Senado Federal, 1880. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/174443/000093707.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15/05/2015.

MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEADOWS, Donella H. Et Al. *Limites do crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. A segunda onda feminista no Brasil. Rio de Janeiro: *Mulher 500 anos*, Publicações. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/uploads/conteudo/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf>. Acesso em 09/05/2015.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MÉNDEZ, Natália Pietra. *Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. Tese (Doutorado). PPG História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2008.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

MULLER, Liane. “As contas do meu rosário não são balas de artilharia”. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Org.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, v. 28, p. 56-63, dez./fev., 1995-96.

NABUCO, Joaquim. *Obras completas*. Biblioteca Brasileira USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02404970#page/4/mode/1up>>. Acesso em 15/05/2015.

NASH, Roderick. *Wilderness & the American Mind*. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

O GLOBO. Criada a Lei Afonso Arinos, a primeira norma contra o racismo no Brasil. Publicado em 21/10/2013. Atualizado em 29/08/2014. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/criada-lei-afonso-arinos-primeira-norma-contra-racismo-no-brasil-10477391>>. Acesso em 25/04/2015.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. *VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS*. Belém-PA, 18 a 21 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; CORRAL, Thais. *Planeta Fêmea*. Rio de Janeiro: Coalizão de mulheres brasileiras, 1992.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo*, v. 15 n. 44, p. 119-142, out. 2000.

PAIXÃO, Marcelo. O verde e o negro: a justiça ambiental e a questão racial no Brasil. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.

PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011, p. 270-283.

PEREIRA, Amauri Mendes. “Toma que o filho é seu”: Políticas públicas pragmáticas e outros desafios na institucionalização da luta contra o racismo. *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro, v. 3, nº 7, mar./jun. 2012, p. 213-219.

PEREIRA, Elenita Malta. A árvore da Avenida João Pessoa e a Operação Hermenegildo: dois episódios de resistência do movimento ambientalista gaúcho (1975-1978). In: *Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, 2009.

_____. Rachel Carson, ciência e coragem. *Ciência hoje*, São Paulo, v. 50, nº 296, set. 2012.

_____. *Roessler: O homem que amava a natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

_____. Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75). HIB – *Revista de História Ibero-americana*, Santiago-Chile, v. 7, nº 2, p. 147-166, 2014.

PEREIRA, Elenita Malta; WEBER, Regina. Roessler Vs. Bird Hunters: “Passarinhada” and Ethnic Conflicts in the South of Brazil. *Miradas en Movimiento*, Buenos Aires, Special Volume Naturally Immigrants, p. 98-124, 2012.

PICOLLOTO, Everton Lazzaretti. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. *CS online* – Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Juiz de Fora, ano I, n. 2, nov. 2007.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Dissertação (Mestrado), PPG em História da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Para não esquecer de lembrar – A imprensa negra do século XIX (1833-1899). *Em Tempo de Histórias*, Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, Brasília, n.9, p. 71-89, 2005.

PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: Desafios e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-896, set./dez. 2008.

RODEGHERI, Letícia Bodanese; OLIVEIRA, Rafael Santos de. A proteção do meio ambiente no século XXI frente aos desafios e oportunidades das novas tecnologias informacionais. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, Santa Maria, v. 8, Ed. Especial, p. 14-26, 2013.

RODRIGUES, Eleomar dos Santos. *Orixás e meio ambiente: a feitura de conflitos no terreno da sociopoiética*. Dissertação (Mestrado). PPG em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

RODRIGUES, Marcio Toledo. O Movimento Abolicionista Brasileiro. *História-e-história*. Novembro de 2013. Disponível em: <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=252>>. Acesso em 14/05/2015.

ROESSLER, Henrique. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia*. Porto Alegre: SEMA, FEPAM, 2005.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. *História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Dissertação (Mestrado). PPG História Unisinos, São Leopoldo, 2007.

SANTOS, Juliana Vamerlati. *Um olhar socioambiental da história: A trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no sul de Santa Catarina (1980-2008)*. Dissertação (Mestrado). PPG em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Um álbum que virou livro: o atestado final da “missão” de Leolinda de Figueiredo Daltro em educar os índios nos sertões do norte de Goiás. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 10, ano X, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2013.

SANTOS, Pedro de Souza. A imprensa negra em São Paulo no início do século XX. *Histórica* (Revista do Arquivo Público de São Paulo), São Paulo, nº 14, set. 2006.

SANTOS, Sales Augusto. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1. sem. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*, 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1987a.

_____. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul. /dez. 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Emater-RS, Porto Alegre, v.1, n. 1, p. 61-71, jan./mar.2000.

SILVA, Joselina. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 215-235, jan. 2003.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-64). *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, p. 227-273, 2012.

SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.

SIRKIS, Alfredo. Enquanto isso, na terra do Pau-Brasil... Apêndice. In: McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998.

WALDMAN, Maurício. A Eco-92 e a necessidade de um novo projeto. In: SALES, Vanda Claudino (Org.). *Ecos da Rio-92: geografia, meio ambiente e desenvolvimento em questão*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Fortaleza, p. 20-32, 1992.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. New York: Cambridge University Press, Second Edition 1994, 15th printing 2011.

VIANA, Elisabeth. Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 52-63, mar./jun. 2010.

VIEIRA, Sonia Bressan. O “Abre-alas” do movimento de mulheres no Rio Grande do Sul (1910-1990). *Revista de Ciências Humanas*, PPGEDU-URI, Ijuí-RS, v. 6, n. 7, 2005.

